

BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
NOVA SÉRIE | JULHO 2003 | Nº1

R O T E I R O S

O legado político de "Os Lusíadas"

Balanço de um ano na Justiça

Segurança e liberdade

Comunicação Social

Mercado e Violência

Portugal

A UE e a América Latina

LIVROS
O FEDERALISTA

DIPLOMACIA EUROPEIA
INSTITUIÇÕES, ALARGAMENTO E O FUTURO DA UNIÃO

PARA UMA TERCEIRA VIA

Índice

NOTA DO DIRECTOR

Um projecto português.....3

Miguel Anacoreta Correia

ENSAIO

O legado político de “Os Lusíadas”.....5

Adriano Moreira

DEBATE

Balço de um ano na Justiça.....11

Maria Celeste Cardona

Segurança e liberdade.....17

Fernando Negrão

O mercado no universo da comunicação social.....25

António Ribeiro Ferreira

Televisão e violência.....29

Mário Crespo

ANÁLISE

Portugal, União Europeia e a América Latina.....36

Miguel Anacoreta Correia

PERFIL

D. João de Castro - Elogio histórico do patrono do Instituto Militar dos Pupilos do Exército... ..48

José Fontes

RECENSÃO

O Federalista.....54

Adriano Moreira

Diplomacia Europeia Instituições, alargamento e o Futuro da União.....60

Maria Regina Mongiardim

Para uma terceira via.....65

Marcos Faria Ferreira

Um projecto português

Roteiros foi o nome que o Instituto D. João de Castro deu à sua publicação e tem muito a ver com os objectivos do Instituto: Informar, Difundir e Formar.

Durante anos, a nossa publicação foi sobretudo informativa das actividades do Instituto e formativa através de artigos (com especial relevo para os assinados pelo Prof. Adriano Moreira) que corresponderam à preocupação do Instituto em alargar e aprofundar os conceitos de Nação e Lusofonia.

Desde há dois anos, procurou o Instituto fixar um novo Roteiro para as suas actividades:

- Ser um ponto de encontro, inserido na Zona Ocidental de Lisboa, em torno de grandes questões culturais e sociais interessando ao nosso País e de temas relacionados com o posicionamento de Portugal relativamente à Europa e ao Mundo. Assim, tem vindo a ser levado a cabo um programa de Conferências que se realizam mensalmente na Sede do Instituto. Para que esses momentos não se percam, “Roteiros” servirá precisamente de memória viva. Este número inclui o registo das intervenções da Dra. Celeste Cardona e do Dr. Fernando Negrão, do Eng.º António Ribeiro Ferreira e de Mário Crespo.

A segunda linha de acção tem a ver com cursos temáticos, relacionados directamente com o que foi e poderá ser Portugal no Mundo. O primeiro curso, realizado no ano passado, e subordinado ao Tema “Portugal e o Oriente”, dirigido pela Prof.^a Doutora Rosa Maria Perez, atingiu plenamente os seus objectivos.

Em número especial da nossa revista, editaremos as Conferências desse curso, que, em muitos casos, constituem verdadeiros marcos na investigação dessa temática tão estimulante. No próximo ciclo de actividades 2003/2004 pensamos desenvolver o tema e abordar novas questões que possam interessar, particularmente, a um público de jovens universitários.

Uma grande conferência internacional, visando questões de relacionamento estratégico do nosso País, constitui a nossa terceira grande preocupação. Estamos a trabalhar para uma Conferência

abordando questões do enquadramento ibérico e pensamos, no próximo ano, abordar as relações com Brasil e com outros países lusófonos.

Por fim, a publicação de uma revista “Roteiros”, em moldes novos. Este quarto vector de actuação foi maduramente preparado, e, assim, retomamos, pelo menos duas vezes por ano, um contacto com os nossos sócios, os nossos amigos e com instituições similares, dando conta das nossas actividades e preparando temas para debate. Esperamos que o entusiasmo que pusemos na concretização de “Roteiros” seja correspondido pela apreciação dos que nos vão ler e que a revista seja uma contribuição positiva para a afirmação dos nossos valores.

Miguel Anacoreta Correia

O legado político de “Os Lusíadas”

Adriano Moreira*

Procuro desenvolver neste breve ensaio algumas premissas da maneira de estar no mundo que o Manifesto de “Os Lusíadas” ensaiou propor como projecto europeu e português. O sentido da indagação implica uma espécie de atrevimento, que se traduz em considerar a proposta camoniana como modelo observante, para ajudar a compreender os desafios que ao modelo observado da realidade global dos nossos dias dirige a mencionada proposta.

Ao dizer isto, reassumo o essencial de um antigo ensaio sobre o manifesto político inscrito no poema, que serviu de oração proferida no acto de recebimento do grau de Doutor Honoris Causa pela Universidade do Amazonas, na fascinante Manaus, em 18 de Junho de 1972.

A questão então abordada foi a de estar ali um Projecto baseado sobre uma percepção da Europa como unidade, do legado cristão como identificador do seu variado conjunto de povos e soberanias, da expansão como ideia motora da imposição da hegemonia ao mundo a descobrir, da avaliação de todas as culturas encontradas como uma cera mole que receberia a imposição das nações cristãs, das leis melhores que regeriam a interdependência global criada pelo propósito ao mesmo tempo colonial e evangélico, com Portugal assumindo um desígnio e exercendo uma liderança que o define como cabeça da Europa toda.

Olhando à dimensão do Reino e dos seus recursos, compreende-se a suspeita poética de Natália Correia de que Luís de Camões contribuía assim para inflamar o espírito do jovem D. Sebastião, deste modo fortalecido no propósito que conduziu ao desastre catastrófico de Alcacer Kibir, levando a logística do Império ao ponto de ruptura.

Tentando resumir espaços essenciais do Poema em que assenta a definição do referido Manifesto Político, lembremos que começa por apoiar a alternativa vencedora do dilema avaliado por D. João I e pelos Infantes segundo relata Zurara na “Crónica da Tomada de

Ceuta”. A alternativa era entre a continentalidade que apontava para Granada como meta inicial do projecto do Estado em movimento que se discutia, e a maritimidade que teria na tomada de Ceuta o primeiro passo. A questão da balança de poderes peninsulares foi decisiva, o conceito de zonas de influência apareceu para orientar um modelo de expansão soberana sem conflito de vizinhança, a ponderação da logística das capacidades teve lugar, uma ideologia orientadora do voluntarismo político foi assumida, a moral de responsabilidade estava presente. Na interpretação camoniana, entre a concepção oceânica e a concepção continental, entre a maritimidade e a continentalidade, foi a primeira que teve vencimento.

Por isso não canta os que verberam “o primeiro que, no mundo, /nas ondas vela pôs um seco lenho” (Canto IV, CII), canta sim os que “por mares nunca de antes navegados/passaram ainda além da Toprobana” (Canto I, I). Não se trata de uma aventura imaginada, trata-se de um Projecto Estratégico Nacional, de um povo concreto, numa conjuntura internacional lida e assumida.

É talvez oportuno avaliar hoje que presença ainda tem a opção oceânica, a maritimidade do poema, na circunstância portuguesa.

Mas não apenas portuguesa, porque o poeta também articula esse elemento do conceito estratégico nacional com a identidade europeia à qual se encontra ligada a especificidade portuguesa.

Tem a maior actualidade o facto de equacionar a relação entre o pluralismo histórico, antropológico, e geográfico dos seus povos - Rutenos, Moscos e Livónios, Polónios, Saxones, Boémios e Panónios, Traces, Macedónios, Dálmatas, Romanos e Gauleses, Espanhóis e Portugueses, todos da “soberba Europa” (Canto III, VI), e todos unidos pelo Credo: a lei daquele “que do Céu à Terra, enfim, desceu, /para subir os mortais da Terra ao Céu” (Canto I, LXV).

O conceito moderno do Estado em movimento vai sendo documentado pelos feitos que se traduzem em desbaratar “os turcos belecissimos e duros”, “os Reis da Índia, livres e seguros”, todos “ao Rei potente subjugados”, não apenas pelo triunfo das boas armas que seriam louvadas por Maquiavel, mas porque “serão dadas na terra leis melhores” (Canto II, XLVI). Não alongarei mais o ensaio de juntar as componentes principais do modelo observante para o conceito estratégico nacional que o poeta assume, e que define compatível com

a unidade europeia, porque noutra lugar tal perspectiva se encontra, e tentarei contribuir para reconhecer o que está vivo e o que está ultrapassado na história do presente em que tenta apoiar-se a prospectiva.

Em primeiro lugar a questão da alternativa entre a maritimidade e a continentalidade, que alguns lêem como tendo uma solução invertida pela descolonização global a que procedeu a ONU.

Parece-me não ser necessário discutir a importância da maritimidade na estrutura da identidade portuguesa, documentada ao longo da história nacional, comprovada pelos efeitos na mundialização das interdependências, lembrada nos símbolos da nacionalidade, inscrita em “Os Lusíadas” que definem o talvez primeiro Manifesto Político euromundista, consagrada no Hino Nacional.

Até o que em certos aspectos parece um passivo dessa variável estrutural, e que se traduz no despovoamento da interioridade, e acumulação das gentes, recursos e actividades, na orla marítima, está existencialmente relacionado com a decisão que os Infantes inculcaram a D. João I, avaliando o muro de Castela, e insistindo em que a expansão era em direcção ao mar, mesmo dando atenção devida aos receios do europeísta que foi o Velho do Restelo.

O tema agora, desaparecida a estrutura imperial que teve raiz naquela reunião de verdadeiro Conselho de Estado, é avaliar se o império foi razão imprescindível para que a maritimidade se fortalecesse como elemento do conceito estratégico nacional, pelo que, esgotado o modelo, também a vocação se deveria considerar extinta.

Talvez baste recordar, com brevidade, que essa não foi a conclusão de nenhum dos países da frente marítima europeia, que todos mandaram regressar as legiões às metrópoles, mas nenhum deixou de continuar a mostrar a bandeira, agora com motivações e diferentes interesses.

Digamos que o fim da estrutura euromundista, em acelerada diluição depois de 1939, fez surgir a urgência e dificuldade de reorganizar a ordem mundial, posta em regime de ameaça total durante o período da guerra fria, e agora, depois do colapso da Ordem dos Pactos Militares, pela queda do Muro em 1989, a responder mais a um modelo de anarquia madura, do que a qualquer projecto definido e consistente.

Não obstante as aceleradas mudanças da estrutura internacional, a história documenta que algumas variáveis duras resistem e se reforçam, e a maritimidade, em vez de enfraquecer, cresce como interesse comum da Humanidade, como elemento estruturante dos grandes espaços intermediários entre o Estado e a globalização, como trave mestra da estabilidade mundial.

Já por meados do século XX, o ilustre C. John Colombos (1967), depois de analisar os vários Pactos em que se dividia a precária ordem mundial de então, escrevia: “É evidente que o estabelecimento da tal futura sociedade internacional, quando efectivada, tem de basear-se numa poderosa organização na qual a Royal Navy, em colaboração com a United States Navy e marinhas das outras Comunidades e Estados aliados, é inevitável desempenhar uma parte inquestionável e predominante na manutenção da paz internacional, e segurança e liberdade dos mares e desenvolvimento das comunicações internacionais e comércio, o que é essencial para o bem-estar e avanço de todas as Nações”.

O evidente é que nenhum país da frente marítima atlântica, antigas cabeças de império a exigir uma marinha, decidiu adoptar um modelo racional diferente para equacionar o seu envolvimento na defesa dos interesses específicos de cada um, e na cooperação com os aliados para o interesse comum.

Digamos, para simplificar, que a comum fronteira marítima dos países da NATO é o Atlântico Norte, e que por isso a desterritorialização da defesa, que resultou da mudança de conceito estratégico, também abrange as fronteiras marítimas. Dentro delas estão as águas portuguesas, os territórios da descontinuidade territorial, a partilha dos interesses e dos riscos, a maritimidade a desafiar a capacidade de assumir no processo de mudança global.

Um analista dos nossos tempos discutiria se o modelo camoniano tinha em vista um mundo Hoberiano ou um mundo Kantiano, este último orientado para um governo mundial, ao serviço de um estado de paz geral pelo direito. O anúncio camoniano das leis melhores apenas é compatível com a paz pelo direito, que foi o projecto do Concílio Vaticano II, que foi o apelo de Paulo VI na Assembleia Geral da ONU, que constitui o núcleo duro da pregação de João Paulo II.

Por outro lado, a questão da identidade da Europa múltipla, que o poeta vinculava ao cristianismo, continua a ser um debate cimeiro na chamada Convenção que, presidida por Giscard d'Estaing, anda a elaborar o que chamam uma Constituição europeia.

Talvez o nome tenha a malícia de fazer ressuscitar a lembrança da Revolução Francesa, e assim apoiar a oposição a que seja feita expressa menção de que o legado cristão é um elemento constitutivo da identidade da Europa. As resistências de uma linha racionalista e agnóstica são combatidas assumidamente por João Paulo II, que pode encontrar no texto camoniano um apoio secular para a reivindicação que não pode ser contrariada, nem historicamente, nem sociologicamente, mas que continua na mira ideológica dos adversários.

O século XX foi tão violentamente apocalíptico em mais de uma vertente, a da dignidade humana vítima do holocausto, a da esperança destruída em Hiroshima, a dos valores suplantada pelos totalitarismos, que a ideia de um tempo zero, sem nenhuma herança do passado, desafiando os mais reputados analistas, como Raymond Aron e Paul Veyne, leva muitos a olhar o passado como contingência pura no dizer de Eduardo Lourenço.

O discurso mais dominante adopta advertir de que só interessa o futuro, que o mesmo é assumir que o futuro proposto é já contingência pura.

Recentemente, Eduardo Lourenço, glosando este fruto do desespero que se veste de alegria, dizia sobre a doença da civilização, diagnosticada por Hussard e Freud, que “não é do delírio nem da fantasmagoria que nascerá a cura, mas da vontade de recriar uma Cultura sem sujeito nem memória. Os deuses mortos regressarão, a exigência de inteligibilidade e do conceito, marca do Ocidente e sua cruz, impedirão que o mundo se torne, no sentido próprio e figurado, terra de ninguém”.

O Manifesto Político de “Os Lusíadas” é um dos apoios seguros para que o eixo da roda dos tempos, que é uma concepção portuguesa, cristã, e europeia, desempenhe a função do eixo: acompanha a roda, mas não anda.

* Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior e Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Balanço de um ano na Justiça

Maria Celeste Cardona *

Antes de mais, gostaria de agradecer ao Prof. Doutor Adriano Moreira, amigo e Presidente do Conselho de Fundadores, o convite que o Instituto D. João de Castro me dirigiu para participar nesta Conferência e debate sobre o "Balanço de Um Ano na Justiça".

Com a entrada em funções do XV Governo Constitucional, de que me orgulho de fazer parte, iniciou-se um novo ciclo na administração da justiça. E este ciclo representará, sem hesitações, o acento tónico no cidadão e o objectivo concreto de fazer mais e melhor justiça.

O diagnóstico da Justiça há muito que está feito. Há que fazer face às contingências estruturais, financeiras e de recursos humanos, entraves crónicos à celeridade e eficácia da justiça, com reformas pensadas e determinadas, e com a colaboração de todos os intervenientes.

Antes de prosseguir, julgo que há um aspecto que se torna cada vez mais necessário tornar claro, sobretudo quando as questões da aplicação da Justiça se vão mediatizando.

É fundamental que se perceba que não é ao Ministério da Justiça que cabe o papel de julgar, de investigar ou de tutelar a acção penal.

A separação dos poderes, a distribuição constitucional de competências obriga, isso sim, o poder político a organizar e gerir melhor os meios, e a assegurar o curso normal do efectivo exercício da justiça.

O papel do Ministério é, no respeito pela independência dos Tribunais, o de oferecer ao poder judicial, seja aos Tribunais, seja ao Ministério Público, seja à própria Polícia Judiciária, todos os meios para que no exercício independente, quer da investigação quer do juízo, a justiça funcione e seja o garante da sociedade que se pretende verdadeiramente democrática.

Esta é, em meu entender, uma das questões que mais importa ter presente quando se discute a Justiça em Portugal. Só conhecendo todos que há separação de poderes e competências distintas é que

podemos trilhar os caminhos das reformas que tomámos em mãos e aquelas que carecem de ser postas em práticas.

Chegados aqui, julgo que, procurando corresponder ao ambicioso tema do debate, é o momento de identificar algumas das principais tarefas e medidas deste último ano.

Com a ambição de um projecto em que acreditamos, ao fim de um ano de mandato estão lançadas as principais reformas estruturais na área da justiça:

(i) A lei da privatização do notariado que, abrindo esta actividade aos privados, garantirá maior qualidade e rapidez na prestação do serviço - visa-se não só a qualidade mas também a prestação do serviço em tempo útil, assegurando a sua acessibilidade universal e a fé pública dos documentos;

(ii) A Reforma da acção executiva, que retirará dos tribunais cíveis 50% dos processos pendentes, a partir de 15 de Setembro de 2003.

Move-nos o combate à morosidade da Justiça, por via da maior eficácia do instituto da penhora e da liquidação de bens, criando-se a figura do "Solicitador de Execução", e das Secretarias de Execução, ao qual se atribuem largos poderes de natureza parajudicial na condução e efectivação das execuções judiciais, sem prejuízo de controlo judicial;

(iii) O novo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, que pretende agilizar o processo, seja de recuperação seja de liquidação, com uma mais justa composição dos interesses em causa, designadamente garantindo o património dos credores. Trata-se de uma reforma que assenta em metas muito concretas:

a. Contribuir para a melhoria da preparação técnica de todos os interventores no processo especial de insolvência, permitindo assim maior celeridade e qualidade das decisões tomadas neste âmbito;

b. Tornar mais rápido o processo de insolvência quando não há recuperação, diminuindo o tempo de pendência, assim permitindo não só uma mais rápida satisfação dos credores como, sempre que possível, uma célere mudança na titularidade das unidades produtivas envolvidas;

c. Assegurar que os processos se iniciam atempadamente, fazendo com que a apresentação da empresa à insolvência ocorra em momento adequado, de forma a tutelar os interesses dos credores e a permitir uma eventual viabilização económica;

- d. Criar condições para que haja efectivamente recuperação das empresas com viabilidade económica, impedindo, todavia, que o mesmo sirva para manutenção de situações de concorrência desleal ou perpetuação da má gestão das respectivas unidades produtivas;
- e. Adequar o Direito nacional às exigências comunitárias e harmonizar a legislação falimentar com as disposições do novo Código do Trabalho.

Esta é uma medida que nos é muito cara, particularmente porque tem subjacente a defesa de uma economia sã e de um desenvolvimento económico sustentado - é um contributo importante da Justiça neste domínio cada vez mais determinante de uma política de Governo.

(iv) Uma outra linha condutora que é absolutamente estrutural para nós é a do reforço dos instrumentos legais e dos meios humanos da Polícia Judiciária, que aumentará a eficácia no combate à criminalidade mais grave e complexa. Trata-se de uma orientação política muito clara, que desde o primeiro dia assumimos com toda a determinação, que se vem traduzindo, por um lado, e em articulação com o Ministério das Finanças, na atribuição de novos e reforçados poderes no domínio do combate à criminalidade económica e financeira e à criminalidade tributária mais complexa e de maior gravidade, e por outro, no desbloqueamento de cerca de 100 vagas para inspectores da Polícia Judiciária e de outras 10 vagas para peritos contabilísticos/ financeiros do mesmo corpo de polícia. Posso ainda adiantar que se encontra já em fase de adjudicação da empreitada, o projecto de construção da nova sede da Polícia Judiciária em Caxias.

(v) Noutra área, é de referir o esforço finalmente desenvolvido para a reforma do sistema prisional, que está a ser preparada pela Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional, e que cumprirá o duplo objectivo de reinserção social dos reclusos e de gestão racional dos estabelecimentos prisionais. Neste sentido têm sido estabelecidos contactos com Sistemas Prisionais de outros países europeus, designadamente, o francês e espanhol, para que, com base em experiências já testadas, possamos de um modo concreto inverter um dos mais graves problemas na área da justiça em Portugal. Também no que se refere aos Serviços Prisionais, na área dos Recursos Humanos, lográmos descongelar vagas no quadro dos

serviços prisionais para 600 guardas prisionais, visando-se colmatar uma grave falta de pessoal de segurança nos estabelecimentos prisionais, imprescindível ao seu funcionamento adequado.

(vi) Ainda no campo da guarda daqueles a quem os tribunais mandam que sejam aplicadas medidas de redução da liberdade, foi alargado o âmbito geográfico do Programa Experimental de Vigilância Electrónica a toda a área da Grande Lisboa, e em breve sê-lo-á também ao Porto. A implementação deste mecanismo consubstancia claras vantagens quer ao nível da redução da sobrelotação prisional, quer ao nível da redução de custos, contribuindo simultaneamente para um sistema de justiça penal mais humano.

(vii) Finalmente, no domínio da reinserção social, quer de condenados em penas privativas de liberdade quer de menores delinquentes, temos levado a cabo um enorme esforço no sentido de reforçar os recursos humanos disponíveis (técnicos profissionais de recursos humanos) e sobretudo no sentido de uma reorientação da intervenção do Instituto de Reinserção Social no âmbito do sistema prisional, através de iniciativas destinadas à reintegração sócio-familiar e profissional dos condenados.

Não quero ser exaustiva nem aborrecida, mas julgo que compreenderão que não possa deixar de referir uma medida a que tem sido dada particular atenção pelo Ministério da Justiça.

(viii) A revisão do regime da adopção encurtará significativamente o prazo de conclusão do processo, sem prejuízo da segurança das crianças. São as seguintes as alterações introduzidas:

a. Passa a ser cumulativamente referido o superior interesse da criança como critério fundamental para decidir o decretamento da adopção, o qual constitui o conceito-base nesta matéria;

b. São precisados os conceitos de colocação em perigo e desinteresse pelo filho, pressupostos de decretamento da confiança judicial, reduzindo-se para três meses o período relevante para efeitos de aferição do desinteresse;

c. É fixado como efeito da confiança judicial a inibição do exercício do poder paternal;

d. É elevado para sessenta anos o limite etário máximo para adoptar plena ou restritamente;

- e. É equiparada a confiança judicial ou administrativa a aplicação de medida de promoção e protecção de confiança a pessoa seleccionada para adopção ou a instituição tendo em vista a adopção;
- f. É eliminada a possibilidade dos pais revogarem o consentimento prestado independentemente de processo de adopção;
- g. Os processos de averiguação e investigação da maternidade ou da paternidade deixam de revestir carácter de prejudicialidade face ao processo de adopção e respectivos procedimentos preliminares, bem como face ao processo de promoção e protecção.

Permitam-me a confidência, mas sinto a revisão do regime da adopção de um modo particular. Não só pelo empenho pessoal que me mereceu mas sobretudo porque se trata de uma alteração que efectivamente não se traduz numa mera lei vem sim melhorar a vida de milhares de crianças, vem tornar mais feliz e humano o futuro de crianças e famílias. Corresponde, mais do que qualquer outra medida, a um contributo para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

(ix) A alteração do regime de Acesso ao Direito e aos Tribunais destinada a introduzir maior rigor na concessão do benefício da protecção jurídica (nas vertentes de consulta jurídica e apoio judiciário), através da densificação do conceito de insuficiência económica, que passará a considerar não só o rendimento do requerente do benefício, mas também o seu património e a despesa do agregado familiar. Introduce-se por um lado maior rigor na concessão do benefício, ponderando a real necessidade do requerente e, por outro lado, alarga-se a importância da informação e da consulta jurídica, promovendo-se, deste modo, a resolução dos litígios previamente a um processo judicial. Trata-se de uma verdadeira lei do acesso ao direito e não de uma lei do apoio judiciário. Neste âmbito também foi celebrado um protocolo com a Ordem dos Advogados para a criação do Instituto de Acesso ao Direito, que assegurará o funcionamento do sistema de acesso ao direito e aos tribunais.

Poderia, felizmente diria eu, continuar a elencar mais medidas que ao longo deste ano de governação fomos tomando, sempre com a consciência de que muito há ainda que fazer mas também sempre com o sentido de responsabilidade e cumprimento do dever.

No entanto, creio que fica aqui o essencial de um ano de muito trabalho, de enorme dedicação, numa área tão sensível como é a Justiça.

Gostaria de terminar assegurando que continuamos com renovada energia o nosso trabalho de construir uma Justiça melhor, os seus meios, os seus recursos humanos - é este o nosso papel. Não podemos, nem queremos, substituirmo-nos na aplicação da Justiça.

Vivemos numa democracia que se caracteriza pela independência do poder judicial, que se traduz na existência de magistrados que aplicam a constituição e a lei num clima de isenção e independência - confiamos no poder judicial, e na separação de poderes, e jamais nos imiscuiremos no seu exercício.

* Ministra da Justiça

Conferência/debate no Instituto D. João de Castro, em 22 de Abril de 2003

Segurança e liberdade

Fernando Negrão*

Mais do que nunca passamos agora por um momento histórico em que após os a todos os títulos condenáveis ataques terroristas, se impõe discutir não só a segurança pessoal de cada um de nós, como a dos que nos são próximos, bem como a dos nossos bens materiais, a do nosso bairro, a da cidade em que vivemos, a do nosso País e, principalmente, a segurança dos valores em que acreditamos como a liberdade, a solidariedade e a tolerância.

A velha e sempre muito discutida questão posta nas sociedades livres, do equilíbrio entre segurança e liberdade, por forma a que qualquer destes valores não saia descuidado em benefício do outro, deve passar a constituir hoje tema da maior relevância e constituir-se ainda como tema de conversa e discussão do cidadão comum.

É urgente não só comprometer o cidadão com as questões da segurança, como comprometê-lo ainda com a liberdade sendo, por isso, necessário um poder político que saiba o que quer e como quer, fazendo com que a segurança não seja discutida por força da sua ausência, mas sim pela necessidade do seu continuado aperfeiçoamento.

Regressando ao actual momento histórico em que a segurança tende a prevalecer sobre a liberdade, constitui-se como uma exigência a mudança do nosso sistema de organização das forças policiais, na compreensão de que foram dadas competências na área da investigação criminal à GNR e à PSP dado a sua competência ser nacional e, ainda, pelo facto de serem detentores de informação, da maior importância recolhida diariamente no terreno competências essas de que os referidos órgãos da polícia criminal já não abrirão mão - e também porque é necessário um sistema policial bem organizado e determinado na execução do objectivo único da prevenção e repressão criminal para que, funcionando bem e articuladamente, ninguém ouse reclamar pela limitação das garantias e das liberdades dos cidadãos. Vejamos.

É óbvio que,

Ninguém quer ver a sua casa assaltada!

E alguém quer que sejam dados poderes especiais às entidades responsáveis pela segurança para que, sem mandado judicial, sejam levadas a cabo buscas domiciliárias?

É óbvio que,

Ninguém quer ver a sua correspondência violada!

E alguém quer a existência de entidades públicas que, com base numa mera denúncia, proceda a escutas telefônicas?

É óbvio que,

Ninguém gosta que o responsável pela prática de um crime se limite a ser identificado e mandado sem mais de volta a sua casa!

E alguém quer que na ausência de uma investigação prévia, se sujeite quem quer que seja a um apertado interrogatório?

É óbvio que as inúmeras garantias processuais dadas a quem maneja a lei podem, não raras vezes, levar à absolvição de culpados.

Mas é igualmente óbvio que elas servem de fonte de exigência para quem faz investigação criminal, já que ninguém quer ser sujeito a procedimento criminal na ausência de regras, ou sem o aconselhamento das por vezes incompreendidas funções do Advogado.

É óbvio que,

Todos queremos que todos os crimes sejam investigados e descobertos os seus autores, assim como é óbvio que todos não queremos que isso aconteça através do regresso a métodos medievais, como a tortura, ou através de métodos pretensamente clínicos como o da correspondência entre um determinado formato de cérebro e uma certa inclinação delinquente ou, por fim, através de sofisticadas técnicas mecânicas que tornam possível saber se certo cidadão fala ou não com verdade.

Permitam-me a insistência.

Mais do que nunca, estando embora na ordem do dia querer e ter mais e melhor segurança, é premente que isso se faça sem pôr em causa os princípios básicos e os valores em que vivemos e em que acreditamos.

No caso concreto do nosso País e muito antes dos trágicos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, já de há muito a segurança era um tema que estava na ordem do dia e que se prendia no essencial com ausência de definição de um modelo de polícia e com

questões consequentes desta, nomeadamente, a articulação entre os vários corpos de polícia e a motivação dos seus agentes.

O que hoje temos, embora sustentado em circunstâncias substancialmente alteradas, é o modelo de polícia inteligentemente arquitectado e com inegável sentido de eficácia pelo Estado Novo.

Nele, estavam asseguradas as vertentes essenciais para um correcto funcionamento policial e que eram:

Uma eficaz articulação em que a investigação criminal cabia exclusivamente à Polícia Judiciária e com uma tutela ministerial própria, assim se evitando duplas investigações e conflitos estéreis. E a ordem e a paz públicas eram asseguradas, em zonas territoriais diferenciadas, pela PSP e pela GNR, tuteladas por outro ministério.

E, ainda, a existência de informação, nas mãos da polícia política do regime, que assegurava a sua centralização e circulação, embora com todas as reservas que são conhecidas.

Funcionava e como já se disse com inegável eficácia, de tal forma que passados cerca de 25 anos sobre a queda da ditadura e com a quase morte dos sistemas de informação, continuou a oferecer resultados satisfatórios.

O que mudou?

Portugal deixou de ser um país essencialmente rural, desenvolveu-se criando amplas zonas urbanas com predominância no litoral, em que o que deve contar em termos policiais não é só a grande cidade, mas também e principalmente a área metropolitana em que está inserida. A censura social diminuiu face ao anonimato em que se passou a viver nesses centros urbanos. A noção de culpa pessoal face à predominância de um discurso desresponsabilizante e facilista transferiu-se para o “sistema”.

No que à organização das polícias diz directamente respeito as mudanças foram profundas,

1º.- Os inspectores da polícia de investigação deixaram de ser os então designados Delegados do Ministério Público, sendo que a sua Direcção passou a poder ser constituída por inspectores de carreira, o que transformou a Polícia Judiciária numa força policial sem qualquer relação privilegiada com o sistema judicial;

2º.- Foram dadas competências na área da investigação criminal à PSP, à GNR, bem como ao SEF e às Alfândegas, o que naturalmente

fez terminar o monopólio da PJ nesta área, tornando permanente a necessidade da criação de mecanismos eficazes de articulação entre os diferentes corpos de polícia;

3º.- Felizmente extinta a PIDE, não foi criado nenhum órgão, devidamente fiscalizado, de recolha, centralização, análise e difusão de informação exclusivamente criminal;

4º.- Os níveis de criminalidade aumentaram acentuadamente, felizmente sem grande sofisticação o que tem feito aguentar o sistema tal como hoje ainda existe. Excluindo o chamado crime económico, onde os resultados são escassos em virtude da ausência de uma política para o seu combate, por envolver realidades recentes, pessoas e instituições poderosas, protagonismos pessoais e institucionais atendo, impacto na comunicação social e a sempre presente administração pública com a sua falta de capacidade de previsão, laxismo e ausência de responsabilização de quem manda.

Com todas estas mudanças, as polícias mantêm o modelo nascido e criado pelo Estado Novo.

É, pois, urgente um novo modelo e que, em minha opinião, se deve caracterizar e nortear pela melhor e mais eficaz articulação entre os vários corpos de polícia e pela existência de um verdadeiro sistema integrado de informação criminal.

Para tanto, nada melhor que um exemplo prático.

Fui intimado a prestar declarações.

Vejamos.

Tendo dado pelo assalto à minha residência, desde logo decidi participar tal facto à primeira entidade policial de que me lembrei e que foi a PSP, e fi-lo a esta polícia como poderia ter feito a qualquer outra, uma vez que não tenho, nem nunca me foi fornecida qualquer informação acerca de quais as polícias competentes e para que tipo de crimes.

A minha mulher, que estava ausente e a quem por telefone comuniquei o assalto, com todo o seu voluntarismo e na intenção de me poupar a maçadas resolveu, porque essa sim deveria ser a polícia competente para a “enorme” gravidade do “seu” crime, comunicá-lo à PJ, o que fez.

O meu filho mais velho, finalista de Direito, e a quem chegou rapidamente aos ouvidos o acontecimento em causa, consciente dos

seus conhecimentos, e no que entendeu ser o escrupuloso cumprimento da lei, disse-nos para não nos preocuparmos dado que havia participado o que entendeu designar por “furto qualificado” à entidade que dirige a investigação criminal e que é o M^o P^o.

Sabendo como as coisas funcionam, ou não funcionam, nem me lembrei de referir o facto de já existirem participações a outras entidades, ou melhor, pensei que desta forma alguma delas deslindaria o caso e me restituísse pelo menos parte das coisas furtadas.

Por sorte mais ninguém soube, ou se interessou verdadeiramente pelo assunto, pois teria corrido o risco de ver o caso também ser participado à GNR por a casa ter um logradouro, ou à Polícia Marítima por estar situada à beira-mar, ou ao SEF pois que poderia existir algum imigrante ilegal envolvido no assalto -, ou à polícia Municipal já que o assalto ocorreu na cidade.

Com o caso nas mãos das três referidas entidades, nenhuma delas se declarando incompetente para o efeito, deslocámo-nos por várias vezes a prestar declarações, mesmo que repetidas, ou somente para confirmar o que já havíamos dito antes.

Entretanto, venho a saber que a PSP deteve os autores do assalto, o que me levou a PJ, que há meses investigava uma rede mais vasta de furtos a residências na qual também estavam incluídos os agora detidos, a remeter todo o processo para M^o P^o e a dele em conflito se desinteressar por completo e, assim, comprometer a investigação.

Interrogações

Estão devidamente definidas as competências em matéria de investigação criminal dos vários órgãos de polícia criminal?

A estarem, o cidadão está delas convenientemente informado?

O utente quando necessita de contactar a polícia sabe a quem se dirigir e que meios deve usar para o efeito?

Existe alguma espécie de ligação entre a comunidade e as polícias, nomeadamente, com as agora chamadas de proximidade, sejam elas com o cidadão/residente num bairro da localidade, com o cidadão/comerciante, com o cidadão/Idoso, ou com o Clube Recreativo ou o Grupo Desportivo?

Comentários

A PSP fez o seu trabalho, ou seja, prendeu os autores do assalto à minha casa.

A PJ viu, com o resultado legítimo do trabalho da PSP, postos em causa meses de aturada investigação e o eventual desmantelamento de uma vasta rede de furtos e roubos a residências.

O M^o P^o, ainda terá o seu inquérito autónomo a decorrer, não só por não estar dotado de mecanismos internos que denunciem a existência de duplicações, mas também porque a sua vocação não é a realização directa de investigação criminal, mas sim a sua direcção partilhada no sentido estratégico e o controlo técnico/jurídico dos inquéritos.

Por fim, só mesmo um finalista de Direito, que naturalmente vive um momento de maior proximidade aos códigos que à vida, se lembraria de participar um assalto ao M^o P^o e não à polícia.

Pergunta.

Existe coordenação entre os órgãos de polícia criminal?

Resposta: não.

Nova pergunta.

Todos têm competência para tudo?

Resposta: sim

Esboços de solução

1^o.- Criação de um verdadeiro sistema integrado de informação criminal, no qual todos os órgãos de polícia criminal centralizariam a informação obtida que, após análise, seria posta à disposição de todos, obviamente com níveis de acesso diferenciados, independentemente da qualidade da força de segurança e com os seguintes objectivos:

Promover a coordenação efectiva da investigação, eliminando a duplicação de investigações, ou seja, verificação da existência de sobreposição com outras investigações em curso para depois fazer a devida correcção;

Melhorar a eficiência interna, diminuindo custos e aumentando a produtividade;

Incentivar o desenvolvimento da circulação da informação;

Passar de bolsas dispersas de informação para um sistema integrado contendo toda a informação do conhecimento dos opç's; e

Reforçar a qualidade das polícias de investigação, aumentando a sua credibilidade quer interna, quer externamente.

Ou seja,

No dia em que os objectivos apreendidos numa busca efectuada pela PJ no âmbito de uma investigação de Droga em Chaves, possam ser de imediato identificados na área do furto da PSP de Lagos como procurados, é porque a informação, o seu cruzamento e análise e, portanto, a sua integração e decisão acerca da entidade competente para a investigação está efectivamente conseguida.

2.º- Concentração das forças de segurança num único Ministério, já que deixaram de existir as razões que levavam a PJ a ser tutelada pelo Ministério da Justiça eram elas, o monopólio da investigação criminal, estreita ligação às magistraturas, direcção constituída só por magistrados e elevada formação académica dos seus inspectores (hoje, felizmente, alargada aos restantes OPC'S).

Saiba, queira e tenha competência e sensibilidade para tal quem de direito para sindicar, fiscalizar e controlar a actividade das polícias e teremos então, mais e melhor polícia.

3.º- Por fim às já várias Direcções Nacionais de Polícia casos da PSP e da PJ -, e criar uma única Direcção Nacional que, dirigindo e gerindo o aludido sistema integrado de informação criminal, leve a cabo uma verdadeira, sólida e fiscalizada coordenação das forças de segurança, sem que qualquer delas perca a sua identidade ou autonomia.

Coordenação esta que não deverá ser só nacional, mas desconcentrada, por exemplo, por capitais de distrito, através da definição de regras que dever ser escrupulosamente observadas.

Nesta coordenação deveram ser integradas as Polícias Municipais, não de forma residual por se ter o entendimento que não devem ter competência na área da investigação criminal, mas de par em par com as restantes, nomeadamente, na área da informação criminal de natureza especulativa atenta a sua proximidade com o meio onde exercem funções.

As suas competências devem situar-se exclusivamente nas áreas da prevenção e da repressão contra ordenacional e sempre em estreita ligação com os demais OPC'S e dentro do espírito de coordenação que aqui tentei traçar.

Constituindo esta uma forma de, através das Polícias Municipais e da sua articulação com as restantes polícias incluir também as autarquias

na definição de políticas e estratégias de segurança locais e metropolitanas.

Termino, dizendo que esta alteração acarretará necessariamente descontentamentos, críticas, contestação, porém o importante é verificar que o sistema de organização policial não acompanhou as a todos os níveis vertiginosas mudanças nacionais das últimas décadas o que acentua a permanência da mudança a bem da eficácia na segurança e da qualidade na liberdade.

*Magistrado

Conferência/debate no Instituto D. João de Castro, em 22 de Outubro de 2002

O mercado no universo da comunicação social

António Ribeiro Ferreira*

A comunicação social é, hoje em dia, acima de tudo, um negócio em que os jornalistas são uma parte integrante do mesmo.

Ao contrário do que se passava há poucos anos, os profissionais de comunicação social não podem ser indiferentes a todas as componentes do negócio em que estão inseridos. Isto é, as audiências, as vendas de exemplares, no caso dos jornais, as receitas de publicidade, o cumprimento rigoroso de orçamentos e a rentabilidade do produto são elementos omnipresentes no dia a dia, dos jornalistas. E evidente que esta preocupação deriva da entrada do mercado no universo da comunicação social, facto que em Portugal aconteceu de forma irreversível no início da década de 90.

A conciliação de todos estes vectores é muitas vezes complexa se não mesmo impossível e o confronto dentro das companhias inevitável.

Mas é uma mudança relevante que determina e condiciona outras alterações na comunicação social. O enorme desenvolvimento das tecnologias de informação veio criar novos desafios e novos negócios.

A bolha da nova economia rebentou depressa mas deixou um enorme potencial que as empresas de comunicação social têm de saber aproveitar para não perderem definitivamente o negócio. Em primeiro lugar, está o desafio da webização, que irá permitir a racionalização de meios materiais e humanos e a canalização de mais recursos para os sectores de produção de conteúdos, com a consequente melhoria da qualidade dos produtos. Em segundo, a utilização das auto-estradas de informação para o lançamento de novos negócios na área da comunicação social. É inevitável que a muito curto prazo as edições on-line de rádios, televisões e jornais sejam de acesso condicionado, isto é, pagas, e sirvam de suporte a diferentes negócios, que vão da publicidade até à consulta de arquivos. A fase do deslumbramento e das borlas tem os dias contados.

É neste contexto que surgem os novos jornalistas deste início do século XXI. São cada vez mais produtores de conteúdos, com acesso privilegiado a inúmeros canais de informação e que têm de saber trabalhar para diferentes meios e públicos diferenciados e desempenhar um conjunto de tarefas que há bem pouco tempo eram desempenhadas por outras categorias profissionais. Mas o segredo do negócio de comunicação social, como de outros negócios, aliás, está na capacidade de definir alvos precisos da informação que é produzida e da sua venda eficaz, suportada por um marketing adequado e que entrou na comunicação social para ficar. Mas acima de tudo é preciso qualidade. Mesmo um tablóide, puro e duro, necessita de profissionais competentes e de elevada qualidade. O exemplo inglês mostra que jornais como o “Sun” e o “Daily Mirror” são feitos por profissionais que vieram, na sua grande maioria, dos chamados jornais sérios e de referência.

Importa referir, igualmente, outro aspecto relevante da informação que se produz nos dias de hoje. Não basta contar a verdade, não basta ser isento e imparcial, não basta ser independente dos poderes políticos e económicos, chavões habituais para definir o que é a boa ou má comunicação social. É preciso marcar uma posição sobre os grandes assuntos da actualidade e não ter medo de dar a cara por causas que marcam a sociedade. Por exemplo, a guerra ao terrorismo. Depois do 11 de Setembro seria impensável um órgão de comunicação social não definir claramente em que lado está. A neutralidade e a equidistância são, muitas vezes, autênticas assassinas para o negócio, isto é, para o êxito do produto. Tão assassinas como ignorar as leis do mercado e da concorrência. Hoje, mais do que nunca, rádios, televisões e jornais disputam a palma o mercado e não podem tomar atitudes quixotescas na informação que produzem e fornecem aos ouvintes, telespectadores e leitores. Nesta guerra diária cometem-se erros, omitem-se factos. As escolhas editoriais são tudo menos inocentes, cada vez menos inocentes. E, importa agora referir, o negócio da comunicação social está, também ele, sujeito às tendências da economia mundial.

A concentração é uma tendência irreversível em todo o mundo e a comunicação social em Portugal não escapa à regra. Mas o que está a marcar decididamente o futuro do sector é a crescente necessidade de

os operadores de telecomunicações encontrarem rapidamente e em força conteúdos para os produtos que já estão no mercado e os que se adivinham num futuro próximo, como os UMTS. Uma tarefa que não é fácil e que está longe de estar conseguida, não só em relação aos conteúdos como à estratégia para os obter. A compra do grupo Lusomundo pela PT é disso um bom exemplo. Depois de uma primeira entrada no capital do grupo multimédia, a PT optou pela sua compra integral, uma estratégia que conhece hoje cada vez mais opositores, nomeadamente o seu principal accionista nacional, como é o caso do grupo Espírito Santo, que já fala abertamente na sua venda, por ser uma área que se afasta claramente das suas áreas de negócios principais. Uma polémica que não é exclusiva de Portugal.

Em Espanha, a Telefónica discute neste momento o futuro da sua holding de multimédia e o seu presidente Alierta não descarta igualmente a hipótese de o alienar.

Grupos multimédias ou apenas holdings dos operadores de telecomunicações, é algo que accionistas e investidores ainda não definiram com clareza. Grupos nacionais, com um mercado estreito, ou sucursais de grupos internacionais, é outra dúvida que paira sobre a comunicação social.

Por último, outra dúvida. O jornalista, tal e qual o conhecemos nos dias de hoje, tem ou não os dias contados? Será, como muitos pretendem, um jornalista multimédia, capaz de fazer jornais, rádio, televisão e on-line? Ou, pelo contrário, será um profissional altamente especializado em cada área da comunicação social? Faz jornais, mas está afastado dos microfones, com ou sem imagem?

Outra dúvida, outro tema interessante de debate e que divide normalmente quem discute a comunicação social e as suas mudanças é o futuro do papel com as novas tecnologias de informação.

Ao contrário dos liquidatários dos jornais, penso que a Internet traz novos desafios e pode ser um excelente promotor dos jornais em papel. A exemplo, aliás, do que aconteceu com a rádio e mais tarde com a televisão. Basta ver o que se passa actualmente nos EUA com os jornais. Não diminuíram as vendas, antes aumentaram.

Veremos o que se irá passar em Portugal quando a Net chegar à maioria das casas portuguesas. Mas penso sinceramente que não seremos uma excepção.

*Jornalista

Conferência/debate no Instituto D. João de Castro, em 27 de Fevereiro de 2002

Televisão e violência

Mário Crespo*

Muito boa noite. Tenho que vos agradecer o incómodo de virem numa noite destas com questionável aliciante me ouvir falar. Mas se o interesse no orador - neste orador - pode ser duvidoso - o interesse no tema não é de todo - televisão e violência - é um tema importante e justifica plenamente a vossa vinda - e a minha vinda também ao Instituto D. João de Castro.

Vou expor o que conheço do tema, dar-vos algumas das minhas reflexões sobre ele. Vou partilhar experiências que tenho tido e vou confiar que o que quer que eu diga suscite as vossas intervenções que me vão com certeza enriquecer e dar real importância ao conteúdo desta noite.

Para já vamos ter que definir o que é violência - pois é um conceito de alguma subjectividade e como tal aparece sujeito a todas as interpretações oportunistas. Em muitas situações chegaremos até aos paradoxos e às antinomias inevitáveis de quando se busca uma verdade.

A questão é que a sociedade em que vivemos globalizou-se também nos seus paradoxos que hoje não são diferentes aqui em Lisboa – dos paradoxos nas ruas de Nova Iorque ou Paris ou Xangai. No mesmo quarteirão somos confrontados com manifestações do sublime e do sórdido em plena coexistência. Na sétima avenida podemos ouvir Vladimir Hasquernazy, ou Maria João Pires interpretarem Beethoven ou Satti - e numa viela ao lado oferecerem-nos uma pedra de Cocaína Crack. Viemos aqui ao Instituto D. João de Castro para uma noite de reflexão em conjunto sobre um grave problema social e pelo caminho aqui no Restelo, uma zona nobilíssima da cidade, somos confrontados com uma dezena de jovens a prostituir-se à nossa frente e nós tentamos ignorar. De facto nós temos que ignorar se queremos continuar nos nossos percursos pessoais que nos levem

eventualmente à musica de Hasquernazy ou a uma noite de reflexão cultural e espiritualmente útil aqui no Instituto D. João de Castro.

Isto é violência para mim. Este confronto, esta coexistência, esta tolerância que me é imposta e me força a esta coexistência, são para mim violentas e tipificam violência. Mas alarguemos o conceito para tentar enfim algumas hipóteses de resposta ao que é esta violência do nosso quotidiano, e como é que se chega a este quotidiano nas nossas vizinhanças, porque o Restelo é a nossa vizinhança hoje com a prostituição aqui e em Monsanto, a droga na Ajuda e no Intendente e não há condomínio privado que nos valha e eventualmente nós ou os nossos filhos somos atirados para a violência desta coexistência nos espaços públicos. O Dr. Dias Loureiro fez outro dia no Jornal das Nove um ensaio verbal notável que creio que se aplica a esta situação da Violência. Ele falou sobre ética num debate com um oponente ideológico que professa filosofia política e social diametralmente oposta à dele - e rebateu o argumento do que seria ou não era ético fazer recomendando que se pusesse este chavão da ética de lado.

E isto porque, para Dias Loureiro, de facto há muitas éticas e a ética não surge em argumento como um valor absoluto. A nossa sociedade como ela está estruturada tolera esta diversidade de éticas e obriga-as a uma coexistência, mais ou menos forçada (geralmente mais forçada) mais ou menos conflitual. Por isso há que pôr de lado a ambiguidade no conceito e procurar explicações e respostas onde não haja ambiguidade. E isso só pode ser encontrado na Lei... Para o caso da Televisão o conceito parece-me particularmente importante quando se desenha todo um caos multiplicado por 20 ou trinta que é o número de canais que temos agora no cabo...com vinte ou trinta diferentes violências...

Comecemos pela TV Hertziana. Foi feita a abertura a operadores privados bem regulamentada numa lei onde se estipulava tudo. Da natureza dos conteúdos aos espaços publicitários à necessidade de serviço público. Isto foi há dez anos e ainda hoje uma década depois ainda estão a tentar definir o que é isso de serviço público e não público e arranjam comissões de sábios para encontrar uma resposta. Porquê? Porque se confiou no bom senso, na ética, dos operadores. E foi um erro fatal julgar que eles os teriam numa situação de mercado

completamente desregulamentado. Foi de uma assustadora inconsciência e ingenuidade ter deixado passar as primeiras violações. Foram os espaços publicitários que começaram a ocupar muito mais tempo do que a Lei de TV previa, os conteúdos que passaram a incluir tudo e mais alguma coisa que chamasse audiência e o tal compromisso de serviço a que todos os operadores estavam e estão obrigados passou a ser letra morta. É significativo que o primeiro violador deste corpo jurídico de normas tenha sido o operador da empresa estatal de TV que a partir de 92 se desdobrou em iniciativas concorrenciais tentando reter uma incompreensível, injustificada e desnecessária posição hegemónica no mercado e forçando a competição a atingir níveis cada vez mais VIOLENTOS. O Operador estatal podia ter sido e devia ser o elemento regulador por estabelecer padrões de qualidade. Não o foi, não o é porque não o fez. Mas tem que o fazer, terá que ser obrigado a fazê-lo. Reparemos nas várias encarnações que a RTP vai tendo. Agora está em mais uma e são sempre as mesmas pessoas que lá trabalham que vão corporizando as diferentes tendências de transmissão e as diferentes filosofias de serviço público. Mudam conselhos de administração mas os executores desses executivos políticos são os mesmos que com assinalável mimetismo se plastificam ao politicamente correcto do momento. E assim a estrutura que o Estado desenhou para ser o seu padrão de qualidade cai no descrédito entre escândalos de desperdício financeiro e parques automóveis de um pato bravismo só compreensível no terceiro mundo de Bokassa ou Houphouet Boigny. Letra morta foi o que foi feito da legislação. Foi, para usar essa excelente fórmula da escrita jurídica, foi como se estivesse tudo NÃO ESCRITO. E de facto está porque não serve para nada. Acabámos assim por ficar toda uma sociedade entregue ao bom gosto, ao bom senso e à ética dos operadores. Erro fatal esta delegação de competências num sector sem maturidade cultural.

Mas quem é que poderia regular e fazer cumprir a Lei? Vamos à entidade fiscalizadora. Começemos pela composição da entidade reguladora - a Alta Autoridade -que ainda hoje se neutraliza politicamente em deliberações sem consequência decidindo assumir protagonismos episódicos motivados por guerrilhas políticas tão boçalmente transparentes, que chegam a ser insultuosas. Já há

matéria mais que suficiente para as licenças de operação terem sido suspensas uma dúzia de vezes por violações várias do contrato de exploração, mas os operadores nunca foram sequer multados. E assim continuam e agora desdobram-se pelo Cabo com uma empresa operadora de cabo de maioria de capital público que é a única na Europa a transmitir pornografia em sinal aberto. Aí está violência outra vez definida num outro conceito, numa outra ética. E o Estado a subvencionar a degradação constante de muitas condições. A feminina é uma delas mas a masculina também.

Mas passemos a uma área onde qualquer dos operadores tem o mais explícito compromisso legal de serviço público. O noticiário e os produtos informativos onde hoje o que os programadores se reocupam é em encontrar os menores denominadores comuns de interesse e os menores múltiplos comuns de custos. Vamos assim para os noticiários

nacionais em busca de temas picarescos pelas aldeias onde há gente ingénua a contar histórias escabrosas sem consequência.

Vamos reinventar figuras do nosso imaginário: encontramos um pastor que nunca viu o mar (isto foi uma série recente no telejornal da TVI) e vamos convencer-nos de que isto é verdade. Aqui está uma VIOLÊNCIA sobre o pastor e sobre a nossa credulidade também.

Vamos fazer uma retransmissão de uma transmissão directa da autópsia de um Extra Terrestre. Isto foi feito na TV Pública em emissão coordenada pelos actuais responsáveis pela informação. E vamos recordar um célebre documentário orgulhosamente propalado como um sucesso de audiência que foi a Grande Reportagem sobre - o primeiro filme pornográfico a ser feito em Portugal. Novamente aqui um "feito" da TV do Estado. Os exemplos são muitos e caricatos e talvez seja altura para uma pausa e recordar o que Henry Kissinger disse numa conferência a que eu assisti há alguns anos.

Kissinger contou a anedota de um jovem que tinha ido a uma vidente para saber qual seria o seu futuro. Ela disse-lhe olhando para a palma da mão que iria ser pobre e miserável até aos 40 anos. "E depois?", perguntou o jovem entre o alarmado e esperançoso. "Depois dos 40 você continua pobre e miserável. Mas já não faz mal porque já se habituou e não se importa!".

E esse é o problema. Habituo-nos a abrir a TV e ver a violência banalizada e degradação banalizada em episódios diários e constantes e inseridos em conteúdos que por definição seriam retratos do que é factual e verdadeiro. Logo a violência passa a ser factual, verdadeira e sobretudo uma rotina do nosso consumo espiritual diário.

Levantemos então as questões da violência. Quando é que na TV Pública e nos operadores privados, obrigados como estão a transmitir quando solicitados anúncios de utilidade pública, quando é que vimos em algum deles uma única campanha exortando a camada jovem - a não se drogar? Quando? Nunca! Não vimos nenhum esforço concertado de mediatização do conceito de que a droga é má e de que não há doentes toxicodependentes, há drogados e drogadas, há tráfico, há máfias que entram num ciclo de vício e degradação cujo exemplo nós seremos novamente confrontados quando guiarmos novamente aqui pelas ruas do Restelo.

O que vimos, isso sim, em todos os canais são exortações depois das dez da noite ao consumo do álcool em quantidades cada vez maiores em bebidas com sabores cada vez mais infantis com teores alcoólicos cada vez mais altos para servir uma camada jovem que se embebeda e intoxica e fala constantemente ao telemóvel adoptando comportamento de uma marginalidade radical com o encorajamento de propaganda mediática feita em espaços de utilidade pública. E os legisladores e governos não têm sido exortados a fazer cumprir a lei. A sociedade que os define não tem exigido esse cumprimento e a lei torna-se letra morta, e a entidade reguladora das altas autoridades nada faz.

Nos Estados Unidos, o programa de Rádio “The Howard Stern Show”, foi multado pela entidade reguladora americana (Federal Communications Commission) em 200 Mil Euros porque o autor usou repetidamente palavras obscenas. O “Howard Show” pode ser visto numa das estações de cabo da PT e quem o vir constata que o conteúdo do show é infinitamente mais moderado do que muitas das produções que vimos transmitidas em sinal aberto, na TV Hertziana, a todas as horas do dia.

As coisas neste mundo mediatizado não acontecem hoje – pela realidade.

Daniel Boorstein, o filósofo americano, construiu a célebre pergunta, se a árvore caiu e a TV não estava lá, será que árvore caiu?

Ou seja; será que todas as consequências da queda da árvore no Mundo moderno -são sentidas se o acontecimento não for mediatizado.

Ou, se não o for, será como se a árvore não tivesse caído?

As coisas, materialmente falando, acontecem cada vez mais pela percepção da realidade do que pela realidade. As Bolsas sobem e descem nessa percepção do que é real mas é virtual. Geram-se milhões até mais, milhares de milhões para se perderem a seguir. Veja-se a ENRON... uma empresa que o conselho de administração queria que fosse... "ágil em activos"... Tão ágil que acabou sem nada quando fizeram as contas. O Mundo da comunicação social está hoje a querer ser exactamente isso. Ser ágil nos activos. Despede-se com muita facilidade... emprega-se gente que ganhe menos por questões de agilidade financeira. Só que a Enron esboroou-se devido a essa leveza de activos que reduziu custos, maximizou ganhos... até um nível absurdo de Dona Branquismo só sustentável com fraude e sempre a curto prazo.

E o que dá este mundo de percepções da realidade mas que não são realidade? E que realidade é que os nossos filhos isto para mim é muito importante, que realidade é que lhes é trazida em directo pela multinacional que descobriu que o mundo estava pronto para o 1984 orwelliano em 2001? Que realidade é que eles recebem dos Reality Shows...

Daquele momento por exemplo em que uma jovem foi agredida a pontapé por um dos concorrentes sem que o Estado através das entidades reguladoras que nomeou, tenha movido as competentes acções por agressão física que poderia ser letal...

Isto passou-se à frente de todos nós...

Não querendo ser demasiado catastrofista, vamos a um recurso breve a filósofos marxistas que foram os que na época contemporânea mais estudaram os fenómenos da comunicação de massas ... Louis Althusser falou longamente dos estímulos externos organizados em indústrias de cultura que interpelam o indivíduo levando-o a reacções de consumo geral e de atitudes políticas a que não consegue resistir! Será verdade? Stuart Hall, Britânico, era mais confiante na natureza

humana que teria mecanismos de descodificação acabando por usar o que for melhor na oferta que se lhe coloca.

E se esse mecanismo não tiver sido induzido nos nossos jovens? E se as "descodificações de Hall" forem imperfeitas e os mecanismos de Althusser não forem contrariados? Se não houver casa, se não houver família, se houver apenas olhadelas fugazes a um mundo de videorealidades - de Vodka com sabor a laranja ou morango, telemóveis com imagens a cores ... e gente suada em pulos constantes toda a noite, todas as noites.

Haverá descodificação que iniba este excesso? Já é normal haver boites e discotecas para crianças de 12 anos. Onde é que está aí o mecanismo mediador?

Sem mediação - sem família sem terreno de apoio a TV ganha uma preponderância socialmente perigosíssima. Vou terminar recordando John McCormick da BBC Irlanda que terminou a sua comunicação a um congresso de jornalistas em Lisboa em 1982, suplicando... "Não nos dêem a TV que nós queremos. Nós como sociedades, como seres humanos, merecemos muito mais...".

*Jornalista

Conferência/debate no Instituto D. João de Castro, em 19 de Novembro de 2002

Portugal, União Europeia e América Latina

Miguel Anacoreta Correia*

1. O PERCURSO DA EUROPA E DA AMÉRICA LATINA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Antes de entrar no tema central, que é o do conteúdo das relações EU-AL, será interessante estabelecer o quadro em que elas se desenvolvem. Para tanto, é útil abordar brevemente a trajetória das regiões latino-americana e europeia nas últimas décadas.

A Europa

A “região” europeia apresenta-se com 15 países e, a partir de 2004, com 25. A União Europeia terá nessa altura 450 milhões de habitantes e confirmar-se-á como a maior potência económica do Mundo.

A União Europeia já alcançou plenamente o objectivo de construir um mercado único (apesar de algumas insuficiências no que se refere aos mercados financeiros). A União Europeia dispõe, para a maioria dos seus países, de uma moeda: o euro. São assinaláveis os êxitos da sua política de coesão territorial, sem paralelo. O “calcanhar de Aquiles” da União são os aspectos relativos às políticas externa (questão que hoje nos ocupa) e de Segurança e Defesa como os acontecimentos que estamos a viver demonstram à evidência.

A América Latina

A América Latina é constituída por 19 países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Guatemala, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Tem no total cerca de 500 milhões de habitantes. A sua participação no Comércio Mundial é de 5%. O PIB/Hab é de 3560/Dólares.

Os países mais pobres são a Bolívia, as Honduras e a Nicarágua. Em países como o Brasil ou o Chile as desigualdades sociais e regionais não são evidenciadas pelos valores médios, que, por sua vez, “escondem” sectores de grande desenvolvimento.

A Região Latino-Americana tem tentado implementar políticas de integração regional (Pacto Andino, Mercosul, Mercado Comum Centro-Americano); tem desenvolvido mecanismos de concertação política (a mais importante das quais é o Grupo do Rio) que têm tido resultados assinaláveis (a América Latina com excepção de Cuba vive uma situação democrática e são hoje residuais os conflitos territoriais e fronteiriços).

No campo económico, a Região abriu-se aos mercados, procura a intensificação das relações com a Europa e, em 2005, prevê-se a constituição da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), que dará uma coerência económica hemisférica.

Na década de 70, os países latino-americanos adoptaram políticas de rápida industrialização seguindo o padrão do modelo de “substituição de importações”. As economias fechadas ao comércio exterior necessitaram de importar capitais com que pudessem financiar essa rápida industrialização. O financiamento era barato e fácil...

Mas essa política voluntarista não deu os resultados esperados, pelo menos a tempo de poder enfrentar os compromissos assumidos com a Dívida. Seguiram-se as moratórias, suspensões de pagamento e o processo económico estacou. Os analistas chamam à década de 80 a “Década Perdida”.

Nos anos 90, a maioria dos países, com menor ou maior intensidade, adoptou as reformas estabelecidas no “consenso de Washington”, que fixava como políticas a abertura comercial e a liberalização dos mercados.

É nesta década que se reforçam os processos de integração regional como a melhor forma de enfrentar a concorrência exterior. Celebraram-se muitos acordos de cooperação, tanto a nível bilateral como sub-regional, tendo-se verificado que o comércio latino-americano aumentou muito mais do que a média mundial.

Os capitais estrangeiros renovaram a sua confiança na Região, atraídos

pelas políticas liberalizadoras e estabilizadoras e, sobretudo, pelos processos de privatização.

Se bem que essas políticas dessem bons frutos a nível de crescimento e estabilidade, o certo é que a maior parte da população não beneficiou deles. A distribuição dos rendimentos piorou e o deficit social gerou desencanto.

No entanto, nem tudo se perdeu: pelo menos, a América Latina é hoje menos vulnerável do que há 20 anos a uma súbita retirada de capitais estrangeiros.

2. ANOS 90: A INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE A EUROPA E A AMÉRICA LATINA

Por que se intensificaram as relações UE/AL nos anos 90?

Porque partilhamos, europeus e latino-americanos, um mesmo “universo cultural”. A concepção da pessoa, a organização da sociedade e a bagagem cultural fazem da AL uma Região próxima da Europa.

Possuímos os mesmos valores. (Declaração da ministerial UE-Grupo do Rio).

A UE toma consciência desta “comunidade de valores” aquando da adesão de Espanha e Portugal que criam o “cimento” para esta nova relação.

Por outro lado, a AL inicia os seus processos de democratização e de pacificação e de, certo modo, pede assistência internacional para a confirmação desse processo e também - porque não dizê-lo? – para a credibilização dos novos regimes.

E ainda porque existe na AL, para além de um desejo de estreitar laços económicos, a vontade de compensar a forte influência dos EUA na Região.

3. CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES UE/AL

As relações UE/AL desenvolveram-se simultaneamente às escalas nacional, regional e sub-continental.

As relações globais

A nível continental, a relação estabeleceu-se em torno de dois grandes “encontros”:

- as reuniões ministeriais UE-Grupo do Rio. O Grupo do Rio engloba os países da América do Sul, tendo como observadores os países da A. Central e das Caraíbas e constitui um fórum de consulta política.
- a associação estratégica entre a UE e a América Latina e as Caraíbas, afirma-se nas chamadas “cimeiras” de Chefes de Estado e de Governo dos países de ambas as regiões. A primeira dessas reuniões teve lugar no Rio de Janeiro, em 1998, e a segunda em Madrid, em 2002.

As relações a nível regional

A nível regional, as relações têm um forte suporte na convicção europeia de que a integração regional tem benefícios para os seus membros. Por esta razão, a UE apoia convictamente os processos de integração regional na Região Latino-Americana, desde as suas origens. É o caso de:

América Central desde os anos 80, através do “Diálogo de S. José” que se estabeleceu como fórum de discussão política para apoiar a evolução para a democracia e os processos de paz na Região.

A UE apoia o processo de integração económica através do “cúmulo regional” que tem origem (para as importações procedentes dos países da Região), no quadro do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG). O mesmo é seguido para a Comunidade Andina.

Quanto ao Mercosul, ele pôde contar com um decidido apoio técnico e institucional às suas estruturas desde a sua constituição.

4. BREVE PERCURSO DAS RELAÇÕES UE/AL

O primeiro contacto institucional a nível regional verificou-se, em data anterior à adesão dos países ibéricos, entre os países da então Comunidade Europeia e os da América Central (para esse encontro foram também convidados os primeiros - ministros português e espanhol...). Assim nasceu o “Diálogo de S. José”.

Por outro lado, as relações ibero-latino-americanas têm uma dimensão política e cultural com uma agenda paralela e, de certo modo, própria.

5. OS DIFERENTES ACORDOS DE COOPERAÇÃO E DE ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO

A UE tem hoje acordos com todos os países da Região (Cuba e a República Dominicana são casos à parte). Os “acordos de 3ª geração” (envolvendo aspectos Políticos, Económicos e de Cooperação) incluem os acordos assinados com os países do Mercosul que incluem a liberalização comercial além do reforço da cooperação e o estabelecimento de um diálogo político.

Mais avançados quanto aos seus aspectos comerciais são os recentes acordos assinados com o México e o Chile. Estes acordos tendem para uma verdadeira associação de livre comércio entre a UE e esses países.

O acordo assinado com o MERCOSUL permite avançar nessa direcção.

A Europa é hoje o segundo parceiro comercial da Região Latino-Americana depois dos EUA, mas é o primeiro “parceiro” comercial para o MERCOSUL, Chile e para os países andinos, ou seja, a América do Sul. O comércio entre ambas as Regiões duplicou entre 1996 e 2000.

No que refere ao “Investimento Estrangeiro Directo”, este sofreu um incremento espectacular durante os anos 90.

Encorajados pelas privatizações e pelas reformas liberalizadoras, os capitais estrangeiros acudiram massivamente à América Latina.

Os países europeus - sobretudo Espanha e Portugal – desempenharam um papel significativo no processo de privatizações. Entre 1996 e 1999, o IED triplica!

As empresas europeias fizeram uma forte aposta na América Latina e, hoje, controlam uma parte importante de sectores económicos relevantes, como sejam a banca, as infra-estruturas energéticas, telecomunicações, etc.

Na segunda metade dos anos 90, a UE passou a ser a principal origem de investimentos na América Latina, à frente dos EUA.

É de destacar que o investimento europeu se dirige principalmente para os sectores produtivos e tem um carácter menos especulativo.

Outra questão muito importante a destacar é o facto de o investimento europeu ter demonstrado ser mais “leal”, pois permaneceu mesmo nos piores momentos... Permanece e continua a apostar em países como a Argentina ou o Uruguai.

6. PERSPECTIVAS: AS AGENDAS EUROPEIAS E LATINO-AMERICANAS

Para o quinquénio 2001-2006, a Comissão Europeia definiu quatro esferas de actividade:

- Estreitar o partenariado entre as redes de agentes civis (cooperação económica).
- Ajudar a reduzir as desigualdades através de acções dirigidas aos sectores mais desfavorecidos da população (redução dos níveis de pobreza).
- Acções para a prevenção de desastres naturais e para a reconstrução
- A criação de um observatório para “monitorizar” o partenariado estratégico entre ambas as Regiões.

Quais são os desafios que enfrentam hoje em dia as duas Regiões?

A “agenda” da América Latina centra-se nos seguintes aspectos:

- Redefinição dos seus processos de integração, que foram negativamente afectados pela crise financeira e a “decepção” dos últimos anos.
- Estabelecer uma relação equilibrada com os seus principais parceiros extra-regionais: EUA e a UE.
- Em relação aos dois “ítems” anteriores, desenhar e negociar a ALCA (Associação Hemisférica de Livre Comércio), quer seja através da fórmula “todos para todos” quer seja através de um conjunto de relações bilaterais com eixo nos EUA.
- Aprofundar e continuar com os processos de pacificação e consolidação da democracia.
- Estabilidade financeira.

Por seu lado, a “agenda” europeia inclui temas como:

- Alargamento.
- A segurança e a luta contra o terrorismo internacional.
- A ampliação do euro como moeda europeia.

- A sua definição em termos constitucionais materializada nos trabalhos da “Convenção para o Futuro da Europa”.

Neste contexto quais são os desafios comuns?

- A segurança, tanto no que se refere à luta contra o terrorismo internacional como ao tráfico de drogas e de pessoas.

- As negociações comerciais em curso, tanto a nível multilateral como a nível bi-regional, incluindo neste domínio as negociações da ALCA e a reforma da PAC.

7. PORTUGAL E A ESPANHA FACE À AMÉRICA LATINA

Portugal e Espanha

Não sendo um conceito definido o da América Latina (há quem o considere numa perspectiva geográfica sub-continental, enquanto outros lhe acrescentam as Caraíbas), uma coisa é certa: neste vasto espaço, mais de 450 milhões de pessoas falam espanhol e português, línguas que, em algumas zonas de maior convívio (sul do Brasil, Uruguai e Paraguai), começam a “convergir”. É o “portuñol”, mescla de português e castelhano de que parece haver já um “dicionário”.

Devemos recordar que neste conjunto de países, o único de língua portuguesa é indiscutivelmente a “Nação líder”. Da diferença de “peso” político e económico contribuindo também muitos outros factores de natureza histórica resultam serem muito diferentes as relações de Portugal e de Espanha com os seus ex-domínios.

A Espanha - cujo motor de percurso é o querer estar inserida entre os 10 ou 15 países que “contam” a nível mundial - é, obviamente, um país de referência com quem os latino-americanos muito contam.

Isto não significa que Portugal, pela relação exemplar que tem com o Brasil, pelas boas memórias espalhadas na Região, pelo trabalho dos seus emigrantes, por ter sabido “bater o pé” em certos momentos da História contra a força avassaladora da Espanha, não granjeie uma posição de respeito e de presença desejada. Temos uma boa presença de Embaixadas (fruto de um período em que da América Latina nos vinha apoio político e diplomático, liderado pelo Brasil, na nossa disputa nas Nações Unidas, a propósito das províncias ultramarinas). Temos, porém, uma reduzida afirmação cultural (Camões, Pessoa e

Saramago...). Temos boas relações de algumas das nossas Universidades com congéneres latino-americanas... .

Estamos, em resumo, muito longe de termos uma presença que se possa considerar aceitável, dada a importância e a “proximidade” da Região Latino-Americana.

A nossa presença económica acentuou-se nos últimos anos. Antes, nem no Brasil ela era significativa!... Dizia-se, de resto, que a “Amizade Luso-Brasileira” era “um abraço muito apertado, mas cheio de vazio... ”.

Hoje empresas portuguesas estão a trabalhar em Cuba (turismo), Argentina (vinhos), Chile (metalomecânica), Venezuela (comércio, distribuição), Brasil (banca, turismo, distribuição, telecomunicações, energia, madeiras) ...

Os nossos interesses - e bem! - não se reduzem ao Brasil. Há muito a descobrir, muitas oportunidades adormecidas.

Mas se a Europa descobriu a América Latina, em grande parte devido à Espanha e a Portugal, mas principalmente devido à Espanha – penso que a Espanha descobriu o Brasil, em grande parte devido à Europa.

Não gostando muito de referir situações comigo passadas, não posso deixar de lembrar que no início de 1995, em plena preparação da Presidência Espanhola, um Diplomata dizia aos Embaixadores dos países do Mercosul, em Madrid, que o acordo (que referirei amplamente) não era prioritário. Prioritários eram o México e o Chile...

Neste contexto de relações, as Cimeiras Ibero-Americanas são efectivamente relevantes: permitiram a tomada de posições políticas comuns, que Cuba não soube ou não pôde aproveitar no momento próprio.

O ambiente de fraternidade ali vivido tem permitido aos Chefes de Estado dos países pequenos um outro acesso aos “bastidores mundiais”.

As Cimeiras contribuíram para a estabilidade democrática e para a afirmação de valores comuns. Estou pessoalmente convencido de que têm muito mais conteúdo do que as Cimeiras da Francofonia ou da Comunidade Britânica.

Falharam algo quando se lhe quis dar um conteúdo material concreto, com pouco dinheiro e querendo resultados rápidos. Os latino-americanos funcionam mal com a intergovernabilidade e ainda pior com a supranacionalidade! Têm um enorme fascínio pelas Organizações Internacionais. Devia-se ter optado predominantemente pelo incremento do funcionamento em rede, promovendo trocas de experiências e de informação nos domínios da gestão e dos conhecimentos técnico e científico.

Brasil e Mercosul

Na generalidade os países latino-americanos vêm, naturalmente, o Brasil como líder da Região. Outros candidatos são o México – que insiste em fazer lembrar que é um país do Hemisfério Norte e que pertence à OCDE -, a Argentina, que procura vias originais de afirmação, e o próprio Chile, como um exemplo de boa administração. Apesar do seu papel de liderança, os interesses do Brasil não coincidem sempre com os dos países da Região, além de que o Brasil e os Estados Unidos tendem a afrontar-se nalguns campos (nas questões comerciais) e a cooperar noutros.

O Brasil lidera o Mercosul (constituído em 1991 pelo Brasil com a Argentina, Uruguai e o Paraguai) e tende a utilizá-lo como uma aliança política e económica para a confrontar com outros poderes, em especial com os Estados Unidos na ALCA e na OMC, e a União Europeia na OMC.

Uma referência sobre o Mercosul:

Ele nasceu quando um novo movimento a globalização – começou a afectar o Mundo. Dois anos antes, em 1989, caía o último ditador da Região: Stroessner. Anos antes, todo o “Cone Sul” era governado por ditaduras, apoiadas, de resto, pelo Pentágono e pela CIA e por toda a parafernália da guerra-fria.

Desde o início, a ideia de Mercosul apareceu vinculada às ideias de Democracia e de Direitos Humanos (veja-se a reacção dos outros países merco-sulistas aquando da “crise” Oviedo no Paraguai).

O Mercosul encerra um longo ciclo de doentia rivalidade entre a Argentina e o Brasil. (Há menos de 20 anos, os dois países tinham investigação em energia atómica, pensando no vizinho...).

Mercosul e União Europeia

Em 1995, após 4 anos de contactos e cumplicidades, foi assinado um acordo inter-regional da cooperação. O acordo tinha um objectivo claro de lançar um processo de integração que reflectisse de algum modo o processo de integração europeia, de que Portugal e a Espanha haviam começado a beneficiar dez anos antes.

Este acordo foi a primeira iniciativa internacional do Mercosul. Criou uma base para o desenvolvimento da cooperação e da Assistência Técnica (Tecnologia da Integração) e criou blocos para incrementar o comércio e as actividades económicas que desempenharam um papel crucial.

Desde o início dos anos 90, os países do Mercosul abriram as suas economias através da liberalização do comércio e da reestruturação macroeconómica, incluindo a introdução das privatizações e uma maior participação nas discussões internacionais sobre Comércio (Regionalismo aberto).

Estes factos criaram uma imagem nova para esses países e as análises mostram que a criação do Mercosul foi um dos principais motivos que levam os investidores a procurarem a Região.

As exportações da União Europeia cresceram de 6.000 milhões de Euros para 24.000 milhões na década de 90 (aumento só superado pelo comércio com a China).

No que respeita ao Investimento, nos primeiros cinco anos da década de 90, o investimento médio da União Europeia no Mercosul foi, em média, de 1.600 milhões de Euros por ano.

Nos últimos 5 anos da década, a média dos investimentos da União Europeia na América Latina foi de 26.000 milhões, dos quais 75% para a Mercosul e 5% para o Chile!

Em 1997, os investimentos europeus ultrapassaram os dos Estados Unidos. Em 1997, atingiram 43.000 milhões e, em 2000, 39.000 milhões!

De 1992 a 2000, 50% dos investimentos, vieram de Espanha (71.000 num total de 143.000 milhões). A Espanha foi de longe o maior investidor na Argentina, Brasil e Chile. Outros países importantes foram o Reino Unido, Portugal, França, Itália, Países Baixos e Alemanha.

Alguns analistas consideram que foi a “energia” das empresas ibéricas e o “músculo” que ganharam na sua adaptação à Europa que estiveram na origem desta “ofensiva”.

O acordo de 1995 foi um acordo preparatório de um outro acordo (acordo de associação inter-regional) que tem conhecido muitas vicissitudes, nas numerosas rondas negociais que já se verificaram, mas que eu acredito estará concluído até 2004.

O momento actual

A abertura comercial desequilibró fortemente as contas externas.

O Mercosul olhado como “a” solução não resolveu (e não podia resolver!) os graves problemas de desequilíbrios regionais e sociais.

(Os países acumularam uma grave dívida social). Aos 4 Chefes de Estado que, na primeira metade dos anos 90, resolviam todos os problemas com uma política de cumplicidade activa e sem mecanismos supranacionais, sucederam-se outros Presidentes com outra agenda.

A Argentina conheceu uma grave crise e a tendência do “salve-se quem puder” levou o Ministro Cavallo a querer que o Mercosul fosse apenas uma zona de livre comércio. O Mercosul perdeu muito da sua credibilidade.

As relações comerciais diminuíram: 17,3% das exportações do Brasil eram para a Argentina, em 1998, 14% em 2000, 11% em 2001 e em meados de 2002 apenas 3,6 % ...!

O Jornal “El País” de 2 de Abril lembrava que os lucros das empresas espanholas haviam caído 31,2%, em 2002, devido à América Latina e à UMTS, mas refere também que a situação na América Latina tendia a estabilizar com a melhoria das expectativas.

No plano político, no Brasil, o Presidente Lula, coloca o Mercosul no topo das prioridades. Muita coisa se vai decidir nas próximas eleições argentinas.

Para nós, portugueses, que temos na União Europeia o eixo fundamental do nosso relacionamento exterior, o recente momento internacional pôs em evidência que a diversificação de relações é uma obrigação na defesa dos nossos interesses. Temos pelo menos com a Lusofonia, com a CPLP, com o Brasil e com a América Latina uma “agenda em aberto”.

* Deputado. Ex-Director para a América Latina Comissão Europeia (Bruxelas)
Conferência proferida em 11 de Abril de 2003 no Porto, no âmbito do Ciclo
“Nortadas”

D. João de Castro

Elogio histórico do patrono do Instituto Militar dos Pupilos do Exército

José Fontes*

Representa para mim uma grande honra ser convidado a participar nesta cerimónia do Dia do Patrono do Instituto Militar dos Pupilos do Exército, e as minhas primeiras palavras são, pois, de agradecimento pelo generoso convite e de felicitação por mais um dia de festa nesta Instituição de Ensino.

Neste dia tão importante para esta nobre Instituição que nos acolhe cabe-me, com muita honra, fazer o elogio histórico do seu Patrono - D. João de Castro. Dos muitos aspectos de que poderia socorrer-me, para publicamente o fazer, darei ênfase, se me for permitido, e porque me tocaram particularmente, às suas facetas de homem honrado e de carácter, de militar destemido e de cientista rigoroso, vertentes estas com que em muito contribuiu para o bem do seu tempo.

João de Castro, nascido em Lisboa em 1500, veio a morrer em Goa a 6 de Junho de 1548, junto de S. Francisco Xavier, o célebre missionário do Oriente, que dele um dia se queixou mas que, posteriormente, em muito o admirou.

Patrono do Instituto Militar dos Pupilos do Exército, que por divisa arvora a expressão: “Querer é Poder”, D. João de Castro foi uma personalidade superior e ímpar da aristocracia portuguesa e da portugalidade secular, que sonhou, quis e também concretizou.

Desprendido das honras e dos bens materiais e desconhecedor do errático respeito humano, este militar seiscentista navegou por mares outrora descobertos por seus irmãos portugueses e combateu por amor ao Reino e por filial devoção aos monarcas lusitanos.

É nos dias de hoje, quando o tempo corre depressa, que a História que todos conhecemos, e que nem sempre se repete, deverá ser relembrada

para honrar o passado, os Heróis do Mar, a Nação Imortal, e para ajudar a viver o presente e a prospectivar o futuro.

Aqui perto, em templo sagrado, repousam os restos mortais do militar destemido e heróico, do cientista crítico, do Homem e político querido pelo povo que por mandato régio governou, do ilustre português cuja memória é perpetuada como Patrono desta instituição de ensino já quase secular.

Diria, com agrado, que elogiar o heróico militar, o estadista, o diplomata e o patriota cuja grandiosidade o levou a morrer pobre e a pedir à Coroa portuguesa não para si mas para os seus subalternos, não será uma tarefa difícil tendo em conta a riqueza do curriculum deste nosso concidadão, que soube, como poucos, servir os interesses permanentes de Portugal.

D. João de Castro foi nomeado para Governador e Vice-Rei da Índia, em substituição de Martim Afonso, pelo seu glorioso passado, e pelas campanhas que sustentara já em África e no próprio Oriente.

Para avaliarmos a grandeza da sua acção no Oriente deve ter-se em consideração que, à época, Portugal não tinha aí qualquer posição política estável e as possessões ultramarinas orientais, situadas a muitos milhares de milhas de distância, estavam cercadas de problemas complexos, muitos deles gerados por pequenas potências vizinhas e por uma multiplicidade de reinos quase desconhecidos da metrópole.

Chegado à Índia em 1545, pela sua virtuosa austeridade, pelos sentimentos de justiça e coragem, conseguiu, na periclitante situação em que as nossas possessões imperiais se encontravam, restabelecer um pouco de ordem, de disciplina e de honradez, e atenuar a atmosfera de ódio e descrédito que os governos anteriores haviam criado com as suas desacreditadas acções.

Tal era a confiança que nele depositavam que quando quis organizar a esquadra militar que iria socorrer os sitiados de Diu, as Senhoras de Chaul lhe ofereceram as suas jóias para custear as despesas desta tão heróica e difícil empresa.

Quando necessitou de reconstruir a fortaleza de Diu, da qual restava apenas um punhado de ruínas, João de Castro, que segundo as suas próprias palavras: “fora à Índia para servir e não para comerciar”, viu-se na necessidade de solicitar a Goa um empréstimo para essa

construção e também para pagar aos soldados que tinham os soldos em atraso.

O empréstimo, de elevado montante, era de vinte mil pardaus e como penhor enviou o vice-rei as suas próprias barbas, em data que hoje comemoramos. Um mês depois, recebia D. João de Castro, do Senado de Goa, o dinheiro solicitado sendo-lhe devolvido, ao mesmo tempo, o penhor oferecido.

Orientado pela sua família para as Letras optou decididamente pela carreira militar, mas não esqueceu o gosto pela cultura e pela ciência e demonstra tal facto escrevendo os seus famosos Roteiros e passando a escrito o testemunho das suas aprofundadas investigações científicas. Espelho desta importante relação o Instituto Militar dos Pupilos do Exército é um exemplo institucional inovador e muito actual de integração da formação do Homem nos seus aspectos científico-pedagógicos com a importante componente da formação militar, que releva, e que fomenta, o espírito de colaboração, a rectidão da conduta, o sentido de responsabilidade e, como sabemos, a aptidão para a liderança e para o comando.

João de Castro foi também ousado no seu tempo. Quando o clima intelectual em que desenvolveu a sua acção estava polarizado por ideias fundamentalistas soube ser crítico e rigoroso, não se deixando influenciar por correntes doutrinárias que apenas valiam pela sua prolongada vigência temporal. Não vale a pena elencar casos actuais análogos, mas importa reconhecer que ainda nos nossos dias o ambiente intelectual da mesma forma que fomenta a investigação por vezes trava o evoluir do conhecimento.

Como cientista e investigador cito uma passagem de uma carta remetida ao seu Rei, a propósito das suas múltiplas descobertas: “...tenho trabalhado quanto pude para entender, miudamente, o mistério das agulhas, de que os pilotos tanto se queixam (...) e afirmo a Vossa Alteza que até agora não foi ouvido nem imaginado algum segredo que nesta parte alcancei.”

D. João de Castro sentia-se, portanto, habilitado a contrariar teses anteriormente defendidas e a anunciar conclusões alcançadas tendo sempre por base as investigações desenvolvidas e o método experimental.

Com ele os navegadores aprenderam também a duvidar e a questionar conhecimentos transmitidos pelos clássicos.

A propósito desta sua faceta de cientista, permitam-me mais uma citação desta vez do historiador Luís Mendonça de Albuquerque, que a ele se refere nos seguintes termos:

“Se nos lembrarmos que a sua actividade se desenvolveu dentro da primeira metade do século XVI, quando se estava ainda longe do entusiástico mas teórico livro escrito por Francisco Bacon em louvor do método experimental, não podemos deixar de considerar D. João de Castro como uma das figuras exemplares da Ciência renascentista.”

Também D. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, na sua obra Cuidados Literários do Prelado de Beja, refere-se a D. João de Castro como um ilustre estudante da Universidade de Lisboa. Prova tal facto com a Oração de Sapiência proferida por André de Resende, em 1534, na qual este humanista nos deixa um legado panorâmico-científico desta vetusta Universidade, concluindo que nela se habilitaram “...os sagazes descobridores de novos climas: (entre outros) João de Castro para escrever a Navegação do Suez e os famosos Roteiros.”

Foi um didacta e um cientista rigoroso, tendo dado um impulso importante, designadamente, ao conhecimento do magnetismo terrestre e foi pioneiro no acreditar que a experiência é essencial para o evoluir da Ciência.

D. João de Castro ao concluir pela relevância do método experimental para progresso do conhecimento da natureza tem lugar como pioneiro da ciência moderna.

Noutra vertente, a CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa é um fórum internacional cujo projecto se iniciou com os descobrimentos dos territórios que integraram a jurisdição do Império, e que teve também como causa próxima a realização dos dois históricos Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa, cuja iniciativa se fica a dever à visão estratégica de Adriano Moreira.

O projecto iniciado há alguns séculos de uma união de povos com culturas diferentes mas valores semelhantes, de humanismo e respeito pelas diferenças culturais, encontrou também em D. João de Castro um percursor e um fiel intérprete. Soube, junto de gentes diferentes, reconhecer a importância das diferenças e encontrar na palavra

Portugal o denominador comum para fazer, de forma diferente, uma comunidade de povos ligados ao nosso país.

A empresa, de séculos atrás, que Portugal conduziu com o “achamento”, na expressão de Gilberto Freyre, de territórios fora do continente europeu permitiu-nos alcançar o presente século com uma comunidade alargada de povos e países com ligações seculares a Portugal e aos portugueses.

Sem complexos podemos reafirmar, como Fernando Pessoa, que a língua portuguesa é uma pátria, e que esta CPLP, pátria de muitas nações, deve ser uma forma melhorada no seu tempo de dar voz internacional a um conjunto de países que, isolados, pouco representam no concerto internacional das nações.

Não se trata de apelar a correntes lusitanistas ultrapassadas, como modos específicos de ser e sentir dos portugueses.

Há já alguns séculos que a língua portuguesa deixou de ser património exclusivo de Portugal e dos portugueses para ser comum a um conjunto vasto de povos e nações.

A lusofonia não pode ser encarada como a qualidade de se ser português mas antes como a qualidade de quem fala português e encontra na língua uma pátria, e lusófono será todo aquele cidadão que na língua portuguesa encontrar uma comunidade fraterna de irmãos com valores semelhantes e comuns.

Há por certo portugueses que antes de se considerarem europeus se consideram ligados a África e ao Brasil, a Goa e à Índia portuguesa ou a Timor e, portanto, ao Lusomundo.

Da mesma forma, existirão pessoas que se encontram nestes territórios, anteriormente sobre jurisdição e soberania nacional portuguesa, hoje independentes ou integrados em soberanias distintas, que se continuam a sentir unidos filial ou fraternalmente a Portugal.

Trata-se tão só de conciliar a realidade jurídico-internacional formal com as boas razões da afectividade que tanto contam na relação entre os povos do mundo.

Tal como D. João de Castro, insigne português, que é já hoje uma ilustre e exemplar personalidade da lusofonia soube governar respeitando as diferenças culturais dos diferentes povos oxalá saibamos, através da CPLP, integrar as diferentes comunidades de

língua portuguesa numa organização internacional pluriestadual que respeite a multiculturalidade destes povos.

João de Castro, nos tempos difíceis em que viveu, conseguiu ultrapassar um conjunto de constrangimentos de diferente natureza o que lhe permitiu ter uma visão para além do evidente e prospectivada para o futuro.

A actualidade de D. João de Castro é assim evidente se olharmos que este português actuou e marcou uma época onde os valores que defendeu e exerceu são ainda hoje exemplarmente seguidos por este estabelecimento de ensino. Que perdure este exemplo, estou certo, é também o desejo de todos.

Por fim, ao Instituto Militar dos Pupilos do Exército, que beneficia pelo facto de por Patrono ter esta personalidade singular da nossa História, desejo, como cidadão português, ficar grato pela perpetuação, que até aqui tem feito, da memória deste ilustre nacional, notável pelos seus feitos militares, pela sua nobreza de carácter, pelo rigor das suas contribuições científicas e exemplo de português que aspirou sempre a superar-se.

*Assistente do Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Aberta
Intervenção no Dia do Instituto Militar dos Pupilos do Exército, em 23 de Novembro de 2001

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Luís Descobrimientos e o progresso científico dos portugueses no século XVI D. João de Castro. Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Boletim n.º 1/1966. Lisboa

ALMEIDA, A. Duarte Portugal de Além Mar. Documentário Histórico-Geográfico das descobertas, conquistas e colonização dos portugueses. Coleção Portugal Histórico. João Romano Torres & C.^a. Livraria Editora. Lisboa. 1936

MOREIRA, Adriano Almirante Sousa Leitão. Policopiado.

SERRÃO, Joel Dicionário de História de Portugal. Livraria Figueirinhas. Porto. Volume II.

História de Portugal Edição Monumental da Portucalense Editora. Porto.

VERBO Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. 4.º Volume. Lisboa.

O Federalista

De Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, Tradução, Introdução e Notas de Viriato Soromenho-Marques e João C.S. Duarte, Edições Colibri, 2003

Adriano Moreira

A primeira nota sobre a publicação desta edição portuguesa de *O Federalista* diz respeito à oportunidade do lançamento.

Talvez por isso convenha recordar que a intervenção dos autores, Alexander Hamilton (1757-1804), James Madison (1751-1836) e John Jay (1745-1829), foi suscitada pelo facto de, no mesmo dia em que a nova *Constitution for the United States* foi dada a conhecer ao povo de Nova York, ter aparecido um ataque subscrito por Catão, que era o Governador Clinton.

O uso de nomes ilustres de romanos para subscrever textos de combate aprofundou-se, e os três autores, embora insatisfeitos por entenderem que a Constituição não garantia um suficientemente forte governo nacional, assumiram a defesa efectiva do texto, com Madison a liderar os federalistas na Virgínia, e Hamilton e Jay em Nova York: de facto deram vida ao texto no sentido de o traduzirem num governo efectivo, com acolhimento nacional.

Vamos admitir que é uma coincidência, à qual apenas a evolução da conjuntura actual empresta significado não previsto, o facto desta edição portuguesa aparecer na data em que a Convenção Europeia (Maio de 2003) tornou público o seu proposto Projecto de Constituição, estruturado fundamentalmente sobre uma percepção federalista do futuro europeu.

A meditação dos federalistas americanos, lembrados pelos actuais leitores do fim da história, e confiadamente seguidos pelos que assumem o resultado constitucional da sua intervenção como um modelo observante para a reestruturação política do espaço europeu, é uma exigência que não pode ser ignorada.

Até porque a lição dos federalistas, que o livro perpetua, não foi a da insegurança sobre os princípios do governo republicano, foi a do realismo da intimidade com o modelo observado a organizar com respeito pelos princípios, as “verdades evidentes” da Declaração de Independência redigida por Thomas Jefferson (4 de Julho de 1776): ameaças externas, rivalidades entre Estados, perigos internos, salvaguarda contra facções domésticas e insurreições, vantagens económicas, capacidades indispensáveis à defesa comum, equilíbrio de poderes, articulação entre os Estados e a Federação, a questão do executivo.

Este sentido do real, orientado pela certeza dos princípios, parece recomendação suficiente para voltar à leitura dos textos.

Trata-se agora, com a responsabilidade e autoridade de Viriato Soromenho-Marques e João C. S. Duarte, da terceira versão em língua portuguesa.

A penúltima, da responsabilidade da Fundação Universidade de Brasília, foi o volume 62 da sua linha de *Pensamento Político*, e apareceu em 1961 sob a responsabilidade introdutória de Benjamin Fletcher Wright, e uma vasta equipe de controladores de texto: tratou-se de mais uma entre pelo menos as quarenta edições que serviram a curiosidade de gerações em vários países, não tanto ou apenas por ser um tratado de filosofia política, mas por ser o exemplo da resposta ponderada dada por estadistas empenhados, a lidar com a urgência, sem perder o sentido do interesse geral.

Com o respeito devido à iniciativa de Brasília, sugiro que a presente edição se distingue pelo rigor da interpretação para a versão em língua portuguesa, pela notável síntese da introdução, pela identificação das teses fundamentais, um texto assinado por Viriato Soromenho-Marques. Tem interesse recordar que, não obstante a importância do livro, a sua presença no ensino curricular não foi de dimensão correspondente à que lhe foi reconhecida quando, depois do cataclismo da guerra de 1939-1945, e com a supervisão da Universidade de Chicago, foi publicada (1952) a série chamada *Great Books of the Western World*, depositários da chamada *The Great Conversation*, na qual *The Federalist* tem o número 43.

Recordaram os editores que até recentemente os ocidentais consideraram evidente que a educação assentava nos grandes livros dos pensadores.

A evolução, as revoluções técnicas e científicas, reduziram os cidadãos, em medida excessiva, a objecto de propaganda pública e privada, de uma tempestade de slogans, de notícias trabalhadas, a exigirem retornar ao apoio dos “grandes livros” para conservar ou recuperar a capacidade de julgar os desafios, as propostas e as soluções.

Nem todas as esperanças da juventude encontrarão apoio suficiente nessa *The Great Conversation*, mas certamente não dispomos de melhor oferta para lutar por compreender a sua circunstância e a tradição que a enforma.

Toda a selecção é discutível, mas colocar na série Aristóteles, Galileu, Euclides, Arquimedes, Ptolomeu, Copérnico, Kepler, Plotinus, S. Tomaz, Descartes, Pascal, Newton, Kant, Hegel, Marx, Freud, parece chamar à consciência a identidade dos ocidentais.

No domínio da política, *The Federalist* pretendeu defender uma organização do bom governo, uma estrutura que evitasse os conflitos que longamente marcaram de violência interna e externa a história da Europa, produzindo várias inovações: a federação, uma articulação de soberanias sob o signo da subsidiariedade; a república, um nome da democracia, com dimensão antes desconhecida dos teóricos e da história; as garantias da cidadania, derivadas da evidência de que todos os homens são criados iguais, datados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade, e a busca da felicidade; a legitimidade do governo pelo consentimento; o direito à revolta contra o despotismo.

Um ilustre americano contemporâneo, Walter Lippman, o autor da *The Public Philosophy* (1955), descreveu assim a herança da divisão e equilíbrio dos poderes: “O executivo é o poder activo no Estado, o que solicita e propõe. A assembleia representativa é o poder que dá o consentimento, o que peticiona e recusa. Os dois poderes são necessários se quisermos ordem e liberdade. Mas cada um deve ser fiel à sua natureza, cada um limitando e complementando o outro.

O governo deve ser competente e os cidadãos representados de modo a não serem oprimidos. A bondade do sistema depende da relação de

ambos os poderes. Se um absorve ou destrói as funções do outro, a Constituição está violada”.

A leitura do *Federalist*, que a referida iniciativa chamada *The Great Conversation* deixou desamparada à curiosidade dos leitores, está agora apoiada pelo excelente estudo do Professor Viriato Soromenho-Marques: “A Revolução Federal Filosofia Política e Debate Constitucional na Fundação dos EUA” (2002), que recomendamos que acompanhe as leituras da publicação portuguesa do *The Federalist*. Este último ensaio ajudará a articular a problemática federalista europeia de entrada do milénio, com a temática dos convencionais que há dois séculos tiveram a ideia da Constituição escrita como norma das normas.

É certamente excessivo imaginar que o alegado fim da história coloca a solução americana como modelo observante único para a reorganização do mundo sem fronteiras, omitindo que falta uma equivalente *The Great Conversation* para aquilo que os euromundistas chamavam o resto do mundo.

Mas é evidente que os europeus da Convenção deste Milénio, que se proclamaram possuídos pelo espírito mandante dos povos e Estados europeus, se deparam, dois séculos depois, com iguais perguntas às que inquietaram os convencionais americanos: quem é o povo europeu, que relação entre o povo, os Estados e a União Europeia, que subsidiariedade regula as soberanias cooperativas e a nova entidade europeia, que elementos são recolhidos do modelo observante americano, que especificidade tem o modelo observado europeu, que definição e abrangência possui uma declaração de direitos e deveres da nova cidadania.

Depois, uma interpelação aos intelectuais: *The Federalist* foi uma gigantesca intervenção ao mesmo tempo na defesa e criação da Constituição dos Estados Unidos da América, em dois anos de intensa participação de Hamilton, Madison e John Jay, num tempo em que a projecção do discurso no eleitorado não tinha o apoio dos actuais meios de comunicação.

Uma criatividade acima das circunstâncias inscreveu a colectânea das intervenções no chamado *The Great Conversation The Substance of a Liberal Education*.

A premissa de Hamilton foi que “tem sido frequentemente observado que parece ter estado guardado para o povo deste país, pela sua conduta e pelo seu exemplo, decidir esta importante questão: se as sociedades humanas são ou não realmente capazes de estabelecer um bom governo a partir da reflexão e da escolha, ou se estão para sempre destinadas a depender do acidente e da força no que respeita às suas Constituições Políticas”.

A demonstração foi no sentido da participação activa, o contrário da política furtiva que algumas vezes tem caracterizado o processo europeu.

Do ponto de vista da ciência política, o mais significativo resultado da acção dos confederados e dos interventores responsáveis pela alegação recolhida no *Federalista*, foi a definição do modelo federal e a explicitação dos seus princípios.

Havia experiência antiga de ligas ou confederações, na Grécia, na Itália medieval, na Alemanha, na Holanda, como nota Wright, mas a definição do governo era outra.

Tal governo aparecia como agente dos Estados, e não como o gestor dependente da eleição do povo da confederação, com tribunais e legislativo vinculados à mesma legitimidade.

Por isso os contraditores do *Federalist* repudiaram o que consideraram uma ruptura com a experiência, perplexos perante a novidade à qual os proponentes e defensores tinham dificuldade de atribuir designação.

No *Federalista* o governo é chamado nacional, geral, da União, para que finalmente a expressão governo federal se tenha mostrado de uso dominante.

Esta hesitação é também prova da sabedoria dos legisladores, que sabiam estar em trabalhos de criação de um modelo que enquadrasse a realidade e respondesse às aspirações, e não ocupados em submeter ambas, realidade e aspirações, a um modelo antigo e sabido. A história, largamente invocada, é sempre inspiração, não é uma imposição.

A brilhante análise de Madison, defrontado com a semântica da época, tem, entre outros méritos, o de analisar o governo proposto, sem temor de reconhecer a novidade: os “fundamentos sobre os quais será criado”, a origem dos poderes, o exercício, o equilíbrio, a revisão dos

normativos constitucionais, com salvaguarda, para os Estados, de “uma soberania residual e inviolável sobre todas as outras matérias”.

A dificuldade semântica era evidente, mas tiveram consciência de que, como viria a dizer Tocqueville na *Democracia na América*, “a inteligência humana inventa mais facilmente novas coisas do que palavras novas”.

Toda a esperança de que o modelo substituísse a violência das facções pela razoabilidade dos compromissos, teve apenas a exceção brutal da guerra civil, mas esta foi ultrapassada salvaguardando a unidade, confirmando, como previa Madison, “que nenhuma outra forma (constitucional) estaria de acordo com o espírito dos americanos, com os princípios fundamentais da Revolução, com o ânimo de cada defensor da liberdade basear as experiências políticas na capacidade do homem para ter um governo autônomo”.

Esta criatividade que se apega à compreensão da realidade para lhe dar enquadramento derivado dos princípios, é todo o contrário do ilusório fim da história que advoga a transformação do modelo então criado sem precedentes, em modelo observante para o mundo sem fronteiras e suposto sem alternativa, uma espécie de discurso que ao mesmo tempo oferece a liberdade e a nega.

O legado federalista americano, parte da *The Great Conversation*, tem tudo que ver com a atitude cívica, com os princípios firmes, com o realismo inovador, e nada com a inversão que se traduz em dogmatizar o modelo constitucional encontrado, ignorando a diversidade das múltiplas vozes do mundo sem fronteiras. Uma razão suficiente para que a oportunidade da publicação, e o esforço dos seus autores, sejam reconhecidos pela crítica que os espera.

Texto lido na sessão de apresentação do livro, na Aula Magna da Universidade de Lisboa, em 10 de Julho de 2003

Diplomacia europeia

Instituições, alargamento e o futuro da União

de Francisco Seixas da Costa,

prefácio de Mário Soares, Dom Quixote, 2002

Maria Regina Mongiardim*

Pela afirmação da identidade portuguesa no quadro do projecto colectivo da União Europeia perpassa toda a visão e obra de Francisco Seixas da Costa, na dupla qualidade de diplomata e de responsável pelos assuntos europeus dos governos socialistas, de 1995 a 2001. Repositório de reflexões relativas à sua acção e intervenção nos principais "dossiers" europeus dessa época: revisão dos Tratados (Amesterdão e Nice), presidência do Acordo de Schengen, acesso à terceira fase da UEM, negociação da Agenda 2000, início do processo de Alargamento e presidência portuguesa da União, no primeiro semestre de 2000, a obra de Francisco Seixas da Costa não terá, porventura, uma natureza académica, porque não teoriza sobre a diplomacia europeia, nem é politicamente neutra, já que reflecte uma clara orientação política, determinada, não apenas pelas conjunturas nacional e europeia, mas também pelas suas próprias convicções, na perspectiva da defesa dos interesses nacionais.

Esta conclusão decorre, aliás, das próprias palavras do autor, ao afirmar que a política externa portuguesa não oferece o nível de consenso que, habitualmente, se lhe atribui.

Francisco Seixas da Costa não esconde a sua devoção ao projecto europeu, em que acredita, se bem que não possamos deixar de lhe reconhecer algum sentido crítico, que o autor titula de moderação e de ponderação necessárias dos riscos e desafios que Portugal enfrenta em todo o complexo processo da construção europeia.

Sistematizada em sete capítulos temáticos e um anexo (texto sobre Portugal e Conferência Intergovernamental para a revisão do TUE), esta obra começa com um balanço globalmente positivo sobre os primeiros dez anos da adesão portuguesa à Europa, em que não deixa

de assinalar alguns aspectos mais controversos (alegada defesa imediatista do interesse nacional) e menos favoráveis desse processo (estagnação e retrocesso de certos sectores produtivos e competição desfavorável nos mercados externos). Segue-se-lhe uma análise da política externa portuguesa no contexto da integração europeia, onde o autor remonta ao ciclo do projecto colonial, marcado por uma "diplomacia reactiva", constrangedor da projecção internacional do país, para assinalar, como efeitos positivos, o processo de rápida reconversão e estabilização das relações com outras áreas geográficas do mundo, áreas em que a imagem de Portugal se encontrava afectada ainda pela antiga dimensão colonial da sua política.

Situando a vocação europeia no eixo da acção externa portuguesa, a partir da década de 70, em relação à qual passam a ser referenciadas as "restantes dimensões sectoriais" do mundo, o autor discorre sobre o carácter estruturante e federador do modelo de integração europeia da diversidade diplomática dos EM's, e sobre a controvérsia de o mesmo poder ser um factor limitador, sobretudo, para Estados mais débeis no campo da sua afirmação externa ou, pelo contrário, uma mais-valia, que advoga, tendo em conta os benefícios decorrentes de uma extensão da afirmação diplomática de alcance mundial.

E dá como exemplos das áreas protegidas pelo processo de integração: o relacionamento bilateral entre Portugal e Espanha, a reaproximação com África, o culminar da questão de Timor, o estatuto das comunidades portuguesas no exterior, o papel da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, as relações luso-brasileiras, em que a tradicional retórica teria sido substituída pela substância, a dimensão transatlântica, onde a NATO e a particular inserção de Portugal na Aliança assumem papel de relevo, a defesa dos Direitos Humanos, com repercussões notáveis no caso timorense, a promoção de interesses económicos nacionais através da rede de acordos económico-comerciais da União, a liberalização mundial do comércio e as negociações do "Uruguay Round", a problemática de Macau e da China, a novidade do relacionamento com os países árabes e a introdução da vertente mediterrânica na política externa portuguesa, as relações com os países do centro e do leste europeu e, por último, a própria filosofia da actuação da diplomacia portuguesa.

A obra prossegue com o processo de revisão do Tratado da União, nomeadamente em sede da metodologia e da doutrina adoptadas por Portugal, que culminou no Conselho Europeu de Amesterdão, em 1997, e que constituiu um aprofundamento do processo de construção iniciado em Maastricht, numa época de profundas alterações da conjuntura política internacional e de um europessimismo crescente, mediante a revisão do processo institucional, em consonância com os futuros alargamentos, a extensão da acção comunitária a novos domínios, o aprofundamento de algumas políticas sectoriais, e o esforço visando um maior equilíbrio entre as vertentes intergovernamental e comunitária, e uma confiança acrescida dos cidadãos face à Europa.

Deveras interessante e elucidativa é, sem dúvida, a análise das posições dos quinze parceiros europeus no âmbito da CIG (Conferência Intergovernamental) que, a partir de Março de 1996, empreenderia a revisão do TUE. De acordo com o autor, o Tratado de Amesterdão, à luz do "relativo minimalismo das suas reformas", pode ser considerado uma etapa necessária da construção europeia, que garantisse uma adequação dos equilíbrios (ou desequilíbrios), em especial quando já se anunciava um alargamento substancial da União. Este minimalismo é particularmente notório nos domínios da Segurança e Defesa, o mais fraco da UE -, por razões que se prendem com a tradição neutralista de alguns dos seus membros, com a prevalência do vínculo transatlântico de outros, com o debate no quadro da NATO sobre a partilha de responsabilidades no cenário europeu e sobre o alargamento da organização, e com as naturais reservas em conciliar o conceito de identidade europeia nesses domínios com as várias idiossincrasias nacionais, sobretudo no quadro de uma Europa alargada a Leste. À excepção da incorporação das Missões de Petersberg o Tratado de Amesterdão pouco acrescentou ao que havia sido acordado em Maastricht (um pilar PESC, de natureza eminentemente intergovernamental).

Já no que se refere ao domínio da Justiça e Assuntos Internos (JAI), nas áreas relativas aos aspectos da segurança interna (imigração, terrorismo, criminalidade organizada, tráfico de drogas) vê nele a resposta ao requisito de confiança dos cidadãos, sobretudo, através da sua progressiva "comunitarização", ou seja da passagem de certas

matérias para o primeiro pilar, bem como na incorporação no Tratado do acordo de Schengen e seu acervo legislativo.

Para Francisco Seixas da Costa, a consagração do regime geral comunitário aplicado às regiões ultraperiféricas, e de um regime derogatório particular permanente de que passariam a beneficiar os Açores e a Madeira, constituiriam o prêmio de um esforço de negociação notável, num clima adverso, tendo em conta a tendencial demarcação de alguns EM's relativamente às políticas comuns, ao abrigo do mecanismo institucional das "cooperações reforçadas".

Em suma, o autor considera que o Tratado de Amesterdão representou o salto qualitativo possível, numa conjuntura marcada por vários fenómenos bloqueantes, entre eles o predomínio do interesse nacional e o jogo dos poderes de influência, o que necessariamente, vem recolocar a questão crucial da luta entre Estados "pequenos" e "grandes", sobretudo ao nível da decisão - maioria qualificada e co-decisão com o PE -, e a primazia dos interesses económicos, em detrimento da solidariedade. Por seu turno, a CIG terá demonstrado a vulnerabilidade das alianças e o carácter pontual da reunião de Estados em tomo de objectivos europeus comuns, verificando-se, além disso, o peso crescente da importância da opinião pública nas posições nacionais dos vários governos, o que se traduziria num adiamento de questões politicamente sensíveis ou que ferissem o núcleo essencial da soberania dos Estados.

O autor assinala ainda os efeitos do alargamento da União à Áustria, Finlândia e Suécia, que se reflectiriam numa lógica de comportamento, assumida pela própria Comissão, maioritariamente reprodutora dos interesses comuns aos países mais desenvolvidos do espaço europeu, o que tende a resultar num desequilíbrio efectivo entre o Norte e o Sul da União. E é neste contexto, reforçado pelas incertezas do alargamento a Leste, que Seixas da Costa refere as suas preocupações sobre a filosofia da Agenda 2000 e a linha adoptada de fazer assentar nas políticas estruturais os custos desse mesmo alargamento, que, na sua óptica, só se justifica por se tratar de uma fórmula de transição entre dois modelos de integração distintos - o de 1986, sustentado por uma aproximação progressiva dos níveis de desenvolvimento, e o da actualidade, assente na heterogeneidade global e na necessidade estratégica de consolidar as democracias do

Leste europeu. A adesão voluntarista de Portugal ao primeiro pelotão da 3ª fase da UEM, como resposta vanguardista em matéria de desenvolvimento e esforço de recentragem europeia, não dissolve o pessimismo que o autor revela perante urna Europa, cujos princípios de solidariedade e equidade aparentam ter ruído com o Muro de Berlim.

A problemática do debate institucional e da consequente procura de consenso sobre a redefinição do processo decisório e a adequação das estruturas, quer ao aprofundamento das políticas, quer à preservação das diferentes realidades nacionais; a CIG/2000 e o Tratado de Nice, numa tripla abordagem da estratégia negocial portuguesa, da reforma das instituições comunitárias, mormente no que respeita à revisão da composição da Comissão e dos votos que cada Estado dispunha no Conselho de Ministros (leftovers de Amesterdão), e do posicionamento de Portugal no seio da "nova" Europa comunitária, espelho de uma nova repartição de poderes entre Estados de grande e média dimensões; e, por último, as perspectivas políticas, económicas e sociais de futuro, face aos desafios do alargamento, da mundialização e da recessão, e as incógnitas quanto às orientações sobre a futura arquitectura europeia, cujo processo constituinte, tanto pode vir a responder ao modelo de uma confederação, como a um modelo de separatismo institucional, perigosamente mascarado de federalismo, dão corpo a urna parte substancial do livro de Seixas da Costa, onde o autor reiteradamente defende os benefícios da integração europeia e da plena participação portuguesa, sem contudo deixar de alertar para os riscos crescentes que Portugal terá que enfrentar em todo este complexo processo, cuja sede de debate é, no momento presente, a Convenção Europeia, designadamente os que decorram da alteração dos equilíbrios institucionais e da consequente criação de um novo "condomínio" na Europa.

* Diplomata e professora universitária

Para Uma Terceira Via

de Anthony Giddens, Tradução de Saúl Barata, Editorial Presença, 1999

Marcos Faria Ferreira*

Se é verdade que a *terceira via*, enquanto opção da acção política, tem em Tony Blair, Bill Clinton e António Guterres os seus mais conhecidos intérpretes, Anthony Giddens é o teorizador por excelência desta corrente de pensamento. Com o seu *Para Uma Terceira Via*, Giddens procurou contribuir de forma decisiva para a clarificação e consolidação de um conjunto de ideias que assume como alternativa credível, tanto à direita como à esquerda, para gerir um mundo globalizado.

Como acontece com qualquer via média, a *terceira via* de Giddens procura fugir aos dualismos e maniqueísmos do pensamento e da acção, introduzindo alternativas às grandes batalhas do dia. Mas como acontece igualmente com qualquer via média, a terceira via de Giddens fica sujeita à crítica da inconsistência no confronto com as grandes correntes de pensamento que pretende superar e à crítica de que acabará por se subsumir a uma delas.

A discussão em torno de uma terceira via ideológica, entre neoliberalismo e socialismo tradicional, não pode deixar, no entanto, de ser encarada como uma resposta à tese do fim das ideologias e, sobretudo, à tese do fim da história, de origem hegeliana e actualizada, em 1989, por Francis Fukuyama. Para muitos, o fim da guerra fria representaria, de facto, a vitória incontestada do tipo de teologia do mercado que orientara, durante toda a década de oitenta, as opções políticas de Ronald Reagan, Margaret Thatcher e Helmut Kohl. Sem rival à altura devido a falência comprovada do socialismo de inspiração soviética, o liberalismo anglo-saxónico emergia enquanto aspiração última da humanidade porque combinava as vantagens inegáveis da eficiência económica e da liberdade política. Contudo, a influência da tese do fim da história viria a ser crucial na

percepção de que não fôra só o marxismo soviético que falhara, mas todo o universo ideológico de esquerda.

Deste modo, e em meu entender, a terceira via de que fala Giddens pretende assumir, antes de mais, a contestação do fim da história e do apaziguamento ideológico que transformam o neoliberalismo em senso comum da teoria e prática políticas e descredibilizam, por conseguinte, qualquer alternativa. A convicção de Giddens, explícita desde o prefácio, é a de que a social-democracia pode sobreviver enquanto modelo ideológico de aplicação prática se os seus promotores souberem aperfeiçoar as suas ideias e promover a renovação que tantas vezes foi necessária no passado. O pano de fundo do debate de Giddens, ou seja, do seu projecto de renovação da social-democracia é, indiscutivelmente, a política doméstica britânica e a polémica à volta dos partidos trabalhista e conservador. A renovação da social-democracia é assim um projecto que assume especial importância para Giddens na perspectiva do legado deixado pela governação de Margaret Thatcher e das respostas ensaiadas pelo trabalhismo tradicional.

Face ao imobilismo do velho partido trabalhista, agarrado às palavras de ordem da velha esquerda e falho de novas orientações para um mundo que entretanto havia mudado, Giddens procura a sustentação ideológica do *New Labour* numa altura em que o partido regressava ao exercício do poder. O ponto de partida é o excepcionalismo da experiência política britânica no contexto europeu. Os longos anos de neoliberalismo provocaram um verdadeiro terramoto na sociedade britânica e deixaram um passivo pesado que o velho trabalhismo não foi capaz de capitalizar em proveito próprio. No entender de Giddens, os sucessivos desaires eleitorais do partido acabaram por ser o estímulo necessário para procurar uma nova orientação ideológica, dotada de maior relevância prática. Pese embora sublinhe que o comunismo e o socialismo deixaram de existir, facto que aliás estimulou a procura de uma orientação ideológica alternativa, Giddens reconhece que a emergente *terceira via* se encontra estreitamente associada ao legado e aos valores da esquerda tradicional, designadamente ao objectivo do desenvolvimento económico e social. Em meu entender, e como o próprio Giddens não pode deixar de reconhecer, a *terceira via* representa mais uma resposta,

a partir do universo ideológico de esquerda, para a questão recorrente de saber como produzir riqueza e distribuí-la de forma equitativa na sociedade. A esta questão “clássica”, Giddens vai adicionando, ao longo do seu livro, novas questões encaradas como novos desafios para os quais a social-democracia renovada não pode deixar de produzir respostas adequadas. Trata-se, antes de mais, da globalização e da degradação ambiental.

Ao longo de todo o livro, Giddens procede à comparação entre neoliberalismo ou thatcherismo aquilo que considera como a nova direita e social-democracia clássica aquilo que o autor considera como a velha esquerda. A conclusão é a de que ambos se deparam com dificuldades na actualidade. Por muito que pareça que o neoliberalismo triunfou em todo o mundo após 1989, ele encontra-se de facto sob pressão crescente. Os seus traços fundamentais foram sendo crescentemente contestados ao longo da década de 90, designadamente o conservadorismo e aquilo a que Giddens chama de fundamentalismo de mercado. No caso da social-democracia clássica, os traços sociais que foram determinando a sua falência reconduzem-se às alterações verificadas no mercado de trabalho, na organização familiar e no desaparecimento das economias nacionais enquanto unidades coerentes de produção de bens e serviços.

Perante este cenário, o que está em causa para Giddens é reformar o igualitarismo em que assenta a velha esquerda, responsável em seu entender por mais problemas do que os que conseguiu resolver.

Se o estado-providência é frequentemente considerado o cerne das políticas da social-democracia clássica, então a possibilidade da sua reforma não pode deixar de condicionar a definição e as opções ideológicas da terceira via. Mais ainda, esta não pode deixar de se confrontar com alterações profundas na base tradicional de apoio da esquerda. Em meu entender, e como Giddens deixa transparecer, a terceira via corre o risco de se ver refém das contradições inerentes às respostas dadas a esta questão. Privada do “bloco de classe”, a social-democracia parece “condenada” a produzir partidos de votantes, situados ao centro do espectro político, e que lutam por uma base de apoio cada vez mais alargada. Ao jeito de Giddens, podemos dizer que o regresso do partido trabalhista britânico ao poder, após longos anos de jejum, parece demonstrar que a esquerda passa a ser uma opção

política apenas quando revê a sua orientação ideológica numa sociedade em transformação e produz respostas para as ansiedades relativas à produção contínua de riqueza e bens materiais.

Mas se estas são as respostas ao que Giddens chama os valores da escassez e a que porventura poderíamos chamar, com maior proveito, de valores da afluência, a revisão da social-democracia aparece estreitamente associada à emergência de novos valores pós-materialistas e à articulação de respostas políticas adequadas. Aquilo que Giddens subestima, em meu entender, é a dificuldade de compatibilizar estes dois conjuntos de valores, de produzir programas políticos coerentes com base em ambos e de atrair uma base social de apoio tão diversificada. Os valores da afluência e os valores pós-materialistas são claramente contraditórios. Aliás, a dificuldade de todas as terceiras vias radica precisamente na tentativa de produzir sínteses a partir de posições ideológicas perfeitamente desencontradas.

Está por demonstrar que este objectivo possa ser alcançado para lá de conjunturas políticas mais ou menos delimitadas.

* Assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

ROTEIROS

BOLETIM DO INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
NOVA SÉRIE | JULHO 2003 | N.º1

Conselho Editorial
Adriano Moreira
Joaquim António de Aguiar
Maria Regina Mongiardim
José Fontes

Director
Miguel Anacoreta Correia

Editor
Raúl Alves Fernandes

Propriedade
Instituto D. João de Castro

Redacção e Administração
Rua D. Francisco de Almeida, 49
1400-117 Lisboa
Telefone: 213 032 150
Fax: 213 032 160
E-mail: idjc@netcabo.pt

Distribuição
Pedidos à Redacção

Design e paginação
NeroliDesign. José Teófilo Duarte e Luis Filipe Cunha *Associados*

Impressão e Acabamento
Armazém Papéis do Sado

Depósito Legal
18 702/87

Tiragem
1 500 exemplares